



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DAYANE GOMES DE MOURA

**OS OBJETOS UTILITÁRIOS DE COZINHA E MESA POSTA NO RECIFE
OITOCENTISTA: a cerâmica como modelagem da cultura.**

Recife

2024

DAYANE GOMES DE MOURA

**OS OBJETOS UTILITÁRIOS DE COZINHA E MESA POSTA NO RECIFE
OITOCENTISTA: a cerâmica como modelagem da cultura.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como requisito para
obtenção do título de Licenciado em História.
Orientadora: Suely Cristina Albuquerque de Luna

Recife

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D275o Moura, Dayane Gomes de
OS OBJETOS UTILITÁRIOS DE COZINHA E MESA POSTA NO RECIFE OITOCENTISTA: a
cerâmica como modelagem da cultura. / Dayane Gomes de Moura. - 2024.
76 f.

Orientadora: Suely Cristina Albuquerque de Luna.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, ,
Recife, 2024.

1. cozinha. 2. mesa posta. 3. peças utilitárias. 4. Comunidade do Pilar. 5. Oitocentos. I. Luna,
Suely Cristina Albuquerque de, orient. II. Título

CDD

DAYANE GOMES DE MOURA

**OS OBJETOS UTILITÁRIOS DE COZINHA E MESA POSTA NO RECIFE
OITOCENTISTA: a cerâmica como modelagem da cultura.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em história.

Aprovado em: 27/09/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suely Cristina Albuquerque de Luna (Orientadora)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dra. Caroline Borges (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira (Examinador Externo)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ao meu tio, Edson G. da Silva, que numa família matriarcal se fez pai dos que não o tinham, toda a minha admiração e crença que de onde ele esteja ainda guia meus passos para os melhores caminhos.
(*In memoriam*)

À Ocupação Carolina de Jesus, na pessoa de Leni Maria, à ONG TETO e ao MTST, a luta é contínua para ecoar vozes nem um pouco silenciosas - meu lugar de etnoidentidade e formação pessoal -.

AGRADECIMENTOS

Toda trajetória deste trabalho é reflexo de um processo de aprendizado que se iniciou nos primeiros passos da vida até o presente momento. Por isso, escrevo a mim como lembrete de que sou capaz de consumir cada detalhe sonhado pelas minhas ancestrais. Além de demonstrar aos meus que podemos alcançar todo e qualquer espaço que nos foi negado por gerações, principalmente aos meus queridos irmãos, Danylo Gomes e Daniel Gomes que serão meus eternos bebês, as minhas primas Yasmim da Silva e Ingridh da Silva, minhas alunas da infância nas brincadeiras de escolinha, e ao meu melhor amigo Logan Vinicius, que marcou não só a minha infância, mas a minha vida em todos os sentidos.

E é nesse movimento que agradeço às mulheres da minha família, em especial a Amara M^a Santos da Silva (e as suas irmãs) - minha abuelita que é referência como matriarca e baluarte da vida -, Nadja Gomes da Silva - com seu sorriso frouxo mainha me ensinou que uma mulher é capaz de cuidar de um mundo - e Neci Gomes da Silva - que simboliza sabedoria, é a mão dessa tia tão amada quem aparece estendida para atravessar a rua que nos levavam à escola e aos melhores conhecimentos -, as quais sempre representaram toda a garra que precisei ter para vencer as vicissitudes da vida.

De igual modo, as outras três mulheres, essas também mães (e aos seus amados filhos), que estiveram comigo nos momentos mais importantes da minha vida, as minhas primas mais velhas, M^a Priscila Gomes, Karine Correia e Janine Gomes, a vocês eu devo a força e fé na união familiar que eu possa ter. Às minhas professoras da vida Cleide Rejane, Maria do Carmo e Luceni, toda fé é amor.

Como trajetória de vida escolar, pude ter duas referências de educadoras da história, no EF a professora Marília Gomes, que tornou-se amiga íntima e grande inspiração, e no EM a tão carinhosa professora Kátia Pereira, no qual fazia de suas aulas espaços de aprendizados múltiplos. De igual modo nessas fases, fiz amigos que trago comigo desde então e que gostaria de agradecer-los por permanecerem aqui, Edwilson Messias e Nicole Rocha vocês me fazem acreditar que sou uma ótima companhia e não me deixam esquecer que afeto sempre foi para poucos, obrigada por serem esse “pouco” tão extraordinário.

A vida faz questão de nos permitir continuar, assim com a ajuda do meu querido primo José Hélio - obrigada por ser “nós” - cheguei à universidade, um

espaço tão sonhado que começou a ser partilhado com meus companheiros nessa jornada intensa, aos meus amigos Gabrielle Brito, Romário Willamis, Bárbara Müller e Hélio Torres, o meu mais sincero obrigada, por representarem uma família em um espaço ainda tão desigual.

E a partir da Universidade, ocupei espaços como o Museu do Estado de Pernambuco, local onde as dificuldades se abrandaram ao partilhá-las com pessoas especiais, como Raquel Simões, Luciana Maria, Adilson Pereira, Beatriz Mallemont, Déborah Watanabe, Victor Azevedo e Anthony Sampaio. Além disso, pude ser residente por meio do Programa de Residência Pedagógica na Erem Silva Jardim, agradeço aos meus companheiros nessa jornada Ana Letícia Teixeira e Wolff Santos e a professora Cristiana Cordeiro, vocês renovaram o meu ânimo para com a educação no chão da escola. Às minhas amigas, M^a Beatriz Santos e Mayane Silva, muito obrigada pela esperança depositada no amanhã, vocês são lindonas.

Dentre esses espaços se encontra o que mais perdurou, que me acompanhou do primeiro ao último dia da graduação, o Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica - NEPARQ. Local de diversas histórias, onde a maioria delas pude compartilhar com a minha amiga e confidente Paloma Fernanda, que me ensinou acima de tudo que “milagres só vem de sonhos sem fim”. Meus sinceros agradecimentos a minha dupla de escavação, de laboratório e das coisas mais bobas que pudemos fazer, você faz valer a pena o sentido de ser amigo. Além dos meus amigos que têm sorrisos brilhantes e muito apoio, Ronald Silva, Aline Oliveira, Eliane Araujo, Alexsandra Siqueira, e às Prof^a Caroline Borges e Ana Nascimento.

E foi ainda no NEPARQ que tive a honra de aprender sobre história e arqueologia com a minha orientadora, a prof^a Dra. Suely Luna. Que todas as vezes que pôde partilhou sua sabedoria acadêmica e pessoal de maneira ímpar em conversas simples, como também nas mais complexas. Te agradeço por permitir essa vivência diária e pela paciência no decorrer de todos os trabalhos que fizemos juntas, em especial a este trabalho de conclusão de curso, minha grande amiga.

Por fim, agradeço ao meu esposo, Pedro Henrique (também a D. Simone e a Danniely), que me incentivou desde o início dessa trajetória, no qual da mesma maneira que conquistou o meu coração com seus singelos trejeitos, não me permitiu esquecer da minha capacidade por um minuto. É isso mesmo, “lá onde as estrelas dormem, a gente tem sorte de encontrar amor”. Que a tua trajetória brilhe muito mais do que você imagina, meu historiador favorito.

OS OBJETOS UTILITÁRIOS DE COZINHA E MESA POSTA NO RECIFE OITOCENTISTA: a cerâmica como modelagem da cultura.

Dayane Gomes de Moura¹

Suely Cristina Albuquerque de Luna²

RESUMO

O presente trabalho monográfico explicita os usos da cerâmica utilitária para cozinha e mesa posta no Recife Oitocentista. Deste modo, procurou-se compreender as modificações sociais e estruturais na cidade do Recife imbuídas do olhar modernizante. Como também, as relações estabelecidas entre o Sítio Histórico do Pilar e os fragmentos encontrados - com destaque para as cerâmicas - e por fim, de como a arte e o patrimônio são construções sociais. Dispõe do objetivo de compreender a relação estabelecida entre os objetos cerâmicos e o cotidiano oitocentista, examinando o que estava posto para a cidade, para então analisar os fragmentos - reconstruindo-os se necessário -, e o consumo de objetos cerâmicos entre os grupos sociais do século em análise. Com o intuito de alcançar tais objetivos utilizou-se como método as abordagens, qualitativa - a materialidade -, quantitativa - recorrência no sítio arqueológico -, e a comparativa - cultura ceramista *versus* seus utilizadores -. Os resultados, por sua vez, revelaram a presença plural de objetos cerâmicos, destacando-se as panelas, alguidares e jarras. Diante dos resultados, podemos concluir que a arte cerâmica é ampla e que o registro arqueológico revela as facetas das vivências sociais tanto dos antigos moradores do Pilar, quanto do próprio Recife.

PALAVRAS-CHAVES: Cerâmica histórica; Cozinha e mesa posta; Recife Oitocentista; Sítio Arqueológico do Pilar.

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - Email: dayane.gomes@ufrpe.br

² Professora-orientadora, Doutora em História, Docente do Curso de Licenciatura em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - Email: suely.luna@ufrpe.br

LOS OBJETOS DE UTILIDAD DE COCINA Y MESA APLICADOS EN RECIFE DEL SIGLO XIX: la cerámica como modelo de cultura.

RESUMEN

Este trabajo monográfico explica los usos de la cerámica utilitaria para cocinas y mesas en el Recife del siglo XIX. De esta manera, buscamos comprender los cambios sociales y estructurales en la ciudad de Recife imbuidos de la perspectiva modernizadora. Así como las relaciones que se establecen entre el Sitio Histórico del Pilar y los fragmentos encontrados -con énfasis en la cerámica- y finalmente, cómo el arte y el patrimonio son construcciones sociales. Se pretende comprender la relación que se establece entre los objetos cerámicos y la vida cotidiana decimonónica, examinando el que se puso sobre la ciudad, para luego analizar los fragmentos -reconstruyéndolos si es necesario- y el consumo de objetos cerámicos entre los grupos sociales en el siglo analizado. Para alcanzar estos objetivos se utilizaron como métodos los enfoques cualitativo -materialidad-, cuantitativo -recurrencia en el sitio arqueológico- y comparativo -cultura cerámica versus sus usuarios-. Los resultados, a su vez, revelaron la presencia plural de objetos cerámicos, destacando cacerolas, cuencos y jarrones. Dados los resultados, podemos concluir que el arte cerámico es amplio y que el registro arqueológico revela facetas de experiencias sociales tanto de los antiguos residentes del Pilar, como en la propia Recife.

PALABRAS CLAVE: Cerámica histórica; Juego de cocina y mesa; Recife de siglo XIX; Sítio Arqueológico del Pilar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - “A redenção de Cam” (Modesto Brocos).....	23
Figura 2 - “Praça da Boa Vista” (Luis Schlappriz)	27
Figura 3 - Mapa de localização da área de Pesquisa (Dayane Gomes de Moura)..	35
Figura 4 - Largo da Alfandega (Luis Schlappriz).....	42
Figura 5 - Grupo de Negros (em frente da Igreja de S. Gonçalo).....	43
Figura 6 - Borda de panela cerâmica - PL46-2010 (Dayane Gomes)	45
Figura 7 - Bojo de panela cerâmica PL46-2010 (Dayane Gomes de Moura).....	45
Figura 8 - Base de panela cerâmica PL46-2010 (Dayane Gomes).....	45
Figura 9 - Reconstrução à base de cola branca de panela cerâmica e sua representação gráfica PL46-2010 (Dayane Gomes).....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Panelas e seus complementos.....	51
Tabela 02 - Alguidar: lavar e assentar.....	54
Tabela 03 - É preciso saciar a sede e matar a fome!.....	56-57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 01: A CIDADE DO RECIFE NO OITOCENTOS.....	16
1.1 A influência estrangeira: Cópias, reflexos ou impressões?.....	19
Figura 1 - “A redenção de Cam” (Modesto Brocos).....	23
1.2 O comer e beber na cidade comerciante.....	28
CAPÍTULO 02: O ESPAÇO E A FONTE COMO OBJETO DE ANÁLISE.....	34
2.1 Sítio Histórico e Arqueológico do Pilar.....	35
2.2 Morfologia Cerâmica.....	44
2.3 Dos fragmentos cerâmicos de cozinha.....	48
2.4 Dos fragmentos cerâmicos de mesa posta.....	55
CAPÍTULO 03: ARTE, não arte; PATRIMÔNIO, não patrimônio.....	59
3.1 A arte da cerâmica como patrimônio.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
FONTES.....	71
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

Caracterizada como uma “planície aluvional, produto da ação convergente de múltiplos fatores naturais, individualizada por traços geográficos bem marcantes: seus arrecifes de pedra, estendendo-se como um friso à flor das águas, sua língua de terra ou recife de areia...” (CASTRO, p. 52), o início da cidade do Recife é uma das suas principais características morfológicas. Além disso, é creditado como o motivo de sua permanência enquanto espaço territorial de ocupação.

Conjuntamente, os bairros centrais da cidade do Recife possuem em suas diversificadas e numerosas camadas cronológicas, uma importância basilar para compreensão da mesma em sua forma histórica. No qual denotam memórias e configurações que remontam cenários que não necessariamente se mantêm na atualidade. Utilizaremos dos fragmentos para também tentar assimilarmos uma dessas camadas, isto é, o bairro do Recife no século XIX com especificidade na vivência no Sítio Histórico do Pilar.

No que tange o trabalho arqueológico, o historiador e arqueólogo brasileiro Pedro Paulo A. Funari (2008) concebe à Arqueologia seu local como ciência, que como tal constrói caminhos entrelaçados com a ciência histórica, tratando-as como distintas e ao mesmo tempo delimitando-as como dialogais.

O autor nos assegura que historiadores como Tucídides, Heródoto e Salústio já estabeleceram essa relação entre fontes materiais e escritas às quais no século XIX passaram a configurar como fontes históricas, permitem-nos assim, traçar esse mesmo caminho analítico para construirmos este trabalho.

Ademais, ressalta que por meio desse encontro, os historiadores foram se abstendo da história como verdade absoluta ou tendo como objeto a sua busca incansável. Mas sim, perceberam que há uma conjuntura para ser analisada, e não somente um grupo em específico que vai delinear uma sociedade por completo.

Aponta, portanto, que houve “uma ampliação considerável das fontes históricas, pois passavam a interessar as séries, as permanências, as trivialidades, o cotidiano das pessoas comuns” (FUNARI, 2008, p. 90). Enaltecendo toda a vivência humana como possibilidades de compreensão do vivido.

Assim, de maneira etimológica, a palavra cerâmica vem do grego “Keramiké” e significa terra queimada ou argila queimada, e segundo o dicionário Aurélio é a “Arte de fabricação de artefatos de argila cozida, tais como louças, tijolos, telhas,

vasos, manilhas” (Aurélio, 2023). Somente com essa definição já se faz perceptível a pluralidade que abrange a categoria cerâmica, por isso é necessário apontarmos que trabalharemos com as comuns - conhecidas como cerâmica vermelha - e vidradas.

Visando salientar a problemática acerca de como os fragmentos supracitados, que em certo espaço cronológico, ou seja, o oitocentista, já foram utilizados em espaços de vivência familiar - em grande escala - de que modo pode ser repensado como indício de uma cultura social!? Levando em consideração a pluralidade dos achados arqueológicos referentes a esta possível cultura.

Sendo assim, pode ser evidenciado como patrimônio? Percebendo também a questão histórica do seu consumo, poderemos responder o por que ainda precisam ser discutidas tais indagações? Visto que é o produto com uma das fabricações mais antigas no mundo, desde o período neolítico se utilizava dessa forma de feitura material, e revelam a percepção do humano ao modificar o natural - argila - com finalidades de uso e manutenção de costumes.

Seguindo as etapas: extração do barro, preparo do barro, moldagem, secagem, cozimento e esfriamento, é que a argila toma forma de peça e pode ser utilizada para finalidades múltiplas. Já as vidradas, de acordo com M^a Regina Leggerini (2008), surgiram no ano de 4.000 a.C com os assírios, sendo utilizadas nas paredes.

Dessa maneira, o seguinte trabalho monográfico tem como questão cêntrica o desenvolvimento analítico das peças cerâmicas na categoria utilitárias, que delineiam uma das diversas formas que o cotidiano do Recife oitocentista irá se deparar. Isto posto, se utilizará das características morfológicas dos fragmentos para compreender como eram utilizados nos âmbitos da mesa posta e da cozinha no recorte espacial delineado por essa pesquisa.

Tais peças advém do Sítio Histórico e Arqueológico do Pilar, localizado no bairro do Recife em Recife/PE e possui uma ligação íntima com o Porto da cidade. No qual é caracterizado como o principal espaço de escoamento e recebimento dos produtos variados que chegam de países além-mar e que adentram não só o Recife, mas as cidades pernambucanas que possuem ligações econômicas com esta atual capital.

Por isso, este trabalho objetiva analisar o Recife oitocentista por meio das peças utilitárias cerâmicas de mesa posta e cozinha em suas funcionalidades e

consumo, como supracitado. Percebendo como tais possibilitam a compreensão de uma sociedade que busca uma modernização por meio do espelhamento nas cidades de Paris e Londres.

Sendo assim, faremos uma interseção entre as discussões já estabelecidas acerca do Recife, perpassando pelas histórias que envolvem os ideários que permeiam os oitocentistas, além do processo arqueológico, a cidade e o bairro e os fragmentos que atestam a utilização da cerâmica pelos oitocentistas.

O aproveitamento científico direcionado aos objetos arqueológicos foi em dado momento sendo conquistado por mostrar-se como alternativa ao elitismo ao qual ficou imbuído à escrita. Para que assim os historiadores - mas não somente eles, ex.: arqueólogos - pudessem repensar o seu ofício perante a sociedade, principalmente por cruzar as fontes escritas e materiais dando mais assertividade ao seu trabalho.

Para além disto, Funari ao discorrer sobre essa discussão assevera que, “as fontes arqueológicas são importantes para os historiadores que procuram ter acesso a segmentos sociais pouco visíveis ou conhecidos” (FUNARI, 2008, p. 100). Percebe-se que um dos enfoques deste trabalho são as classes menos abastadas ou favorecidas oitocentistas, como poderemos constatar por meio do objeto utilitário designado para análise.

Perante o exposto, a seleção do tema em questão e o seu desdobramento acerca da cultura ceramista - imbuída pela história do território - e por conseguinte os olhares que seus munícipes direcionam e enraízam em suas entranhas, justifica-se pela relevância de perceber a construção histórica dos múltiplos objetos arqueológicos e como estes são percebidos no âmbito social.

Ademais, permite que no âmbito acadêmico pesquise-se o Oitocentos por outros caminhos que destoam dos costumes da elite. No qual de maneira recorrente é alvo principal, porém destaca-se que é necessário inseri-la na discussão para que compreendamos o contexto amplamente. Mas, percebendo as demais camadas da sociedade, isso sem deixar com que os discursos do tal grupo seja referência para a análise de uma cultura distinta

Tenciona-se dessa maneira, construir uma percepção acerca das inclinações sociais para com o estrangeiro e tudo que o diz respeito como legitimidade da cultura regional. Apontando como os objetos arqueológicos refletem a usabilidade

dos fragmentos não só como objeto científico, mas como também utilitários de sua época.

Outrossim, a ausência de um olhar patrimonial para com tal cultura, que subjugada é muitas vezes percebida como não ARTE, é um dos pontos característicos em relação ao diálogo da temática. Principalmente por compreendermos que não basta tão somente analisar o contexto, as peças ou ainda os olhares, mas também nos inserimos nessa discussão e traçarmos novas perspectivas.

Além destas, se faz necessário por exemplo, nos envolvermos com as discussões do geógrafo Milton Santos referentes à urbanização brasileira, para compreendermos o discutido olhar moderno. Como também os apontamentos de Lúcia Oliveira para referendar a vivência no contexto citadino, ou ainda a utilização dos apontamentos de Lília Schwarcz para observarmos os olhares direcionados às raças do contexto histórico do estudo.

Dessa forma, esta monografia se dividirá em três capítulos, nos quais discorrerão sucessivamente acerca do Recife Oitocentista - olhares, tecnologias, modificações, comida e cultura -; do sítio arqueológico do Pilar - arqueologia histórica, história, fragmentos e memórias; e por fim da arte e do patrimônio - origens e considerações.

A fim de alinhar uma discussão centrada na história arqueológica do contexto analisado e nos olhares dos terceiros que muitas vezes possuem mais legitimidade do que o observado. A fim de tornar a compreensão mais vasta, enveredamos pelas bibliografias qualitativas nas áreas de história, arqueologia, geografia e as demais que puderem dialogar com o tema proposto.

Para tanto, perceberemos como a cidade do Recife se modificou para abarcar os ideários de um presente modernizante, em múltiplos aspectos, como o arquitetônico, o cultural, o social, o discursivo, etc. Revelando a potência de uma elite que se mantém por meio de imagens de poder.

Por fim, pensaremos primeiramente na cidade ou no traçado urbano como o espaço em que esses aspectos vão florescer e se expandir, para em um segundo momento compreendermos como estas questões aproximam-se dos indivíduos. Desembocando por fim na pesquisa acerca dos fragmentos para compreendê-los como pertencentes a cultura da época e suas continuidades no âmbito da arte.

CAPÍTULO 01: A CIDADE DO RECIFE NO OITOCENTOS.

O renomado geógrafo Milton Santos (2005), ao discorrer acerca da urbanização brasileira, sintetiza que a mesma já possuía no seu engendramento, o aspecto do que se nomeia moderno. Visto que o Brasil é em sua essência um país agrário, isto é, voltado para o rural como força maior de produção cultural e vivência cotidiana. Já a cidade configurava-se no início como um espaço imbuído da imagem de poder.

Traçando o percurso histórico das fundações das cidades, no qual se destacam por serem as primeiras, Rio de Janeiro e Filipéia, Santos (2005) analisa até o século XIX e assegura que é neste que a urbanização atinge sua maturidade. De acordo com o autor, mesmo que tomando como referência primeira a urbanidade estrangeira, em suma a europeia, no Brasil se destaca mais a geração de cidades do que propriamente dito um processo de urbanização. Logo, ocorrerá por meio das possibilidades que o território permite e a seu modo cultural, social e econômico.

Dito isto, em dezembro de 1823 a até então Vila do Recife é elevada à categoria de cidade, de acordo com o acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Inserida no contexto em que fundaram-se muitas cidades no território brasileiro, como já fora apontado anteriormente como marca do XIX, a mesma carrega uma característica acentuada, a sua alta densidade populacional.

Segundo o Dicionário Online de Português, o “aglomerado de pessoas que, situado numa área geograficamente delimitada, possui muitas casas, indústrias, áreas agrícolas” (Dicio, 2024), pode ser compreendido como a cidade. Porém, o seu conceito, está vinculado às questões não só geográficas no que diz respeito aos limites políticos e territoriais, como também, ao contexto histórico no qual ele passa a ser esmiuçado.

De acordo com Lúcia Oliveira (2002), a cidade sob um de seus primas, isto é, “como espaço público, ou seja, como lugar de comunicação de diferentes grupos sociais, apresenta mutações, já que esses diferentes grupos estão fazendo apropriações distintas desse espaço” (OLIVEIRA, 2002, p. 09).

Vale ressaltar que essa ocupação do espaço público apontada pela autora não ocorre sem disputas dos grupos sociais, mesmo que em nível local, e que essas apropriações por muitas vezes só ocorre para alguns grupos. Principalmente

quando um determinado grupo tem o direito de escolha, enquanto os demais são submetidos ao que sobra. E muitas das vezes são desses embates em qual seja a vertente - cultural, social ou econômica - que a mutação apontada por Oliveira acontece.

Portanto, essa malha urbana que denominamos Recife, é a capital pernambucana desde 1827 no qual está localizada no litoral nordestino. Na atualidade é vista por meio da estrutura globalizante e carrega a história dos seus habitantes e como tais a usufruem e usufruíram durante a história. É partindo deste princípio que a analisaremos, percebendo as pessoas e suas produções culturais como o assinalamento da sua função histórica.

Recebendo novas estruturas ou modificações perante o que se (re)considera inerente ao processo histórico do presente de então, em ambos os sentidos da palavra, construção de edificações múltiplas ou de ponderações filosóficas e sociológicas. É o que vai configurando o seu crescimento enquanto território povoado e o destacando no contexto oitocentista.

Ainda, é possível perceber as particularidades dos oitocentos, notando-se que há a transição de sociedades a partir da governança que passa do Império para a República. Logo, de uma sociedade escravagista para uma tentativa de liberdade ainda em seus primeiros passos, no qual vai refletir também na estrutura urbana das cidades e na realidade social vigente. Além do mais, vai atingir as camadas sociais de formas díspares mesmo que estas se encontrem no mesmo território.

No quesito das transformações histórico-econômica, a Primeira Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, vai ser percebida em todo o mundo com o passar dos séculos após o XVIII. No Brasil, vai permitir a evidência de novas realidades por meio da própria produção industrializada e ainda, no campo da cultura, vai carregar a perspectiva da busca da modernidade.

Le Goff (1990) corrobora essa abordagem ao analisar o par antigo/moderno, inculcando as perspectivas referentes à tais durante os séculos XVI ao XX. Apontando que no século XIX o conceito de moderno transforma-se em modernidade, e indo mais além, assevera que esta última desvaloriza o conceito de moderno. Visto que busca cada vez mais se sustentar na perspectiva de progresso, criando a necessidade de continuamente se refazer.

Tendo um papel central nessas modificações, a máquina, segundo M^a Stella Bresciani (1985), vai reconfigurar a relação do humano com a sua produção, com a

natureza e consigo mesmo. Por meio da principal modificação, a saída do meio rural para o urbano que vai ter um ápice no século em análise.

Logo, a cidade “configura o espaço por excelência da transformação, ou seja, do progresso e da história; ela representa a expressão maior do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais (fabricadas) de vida” (BRESCIANI, 1985, p. 39), o que reafirma os primeiros apontamentos dessa discussão. Além do mais, caracteriza a cidade como o princípio da possibilidade de um espaço gestado pela modernidade.

Tal pensamento de progresso perpassa o ideário da sociedade oitocentista como a necessidade contínua de ser alcançada. Repartindo e considerando por muitas vezes os objetos e como um todo a vida, como o que pode ou não ser creditado como luxuoso, evoluído, belo e acima de tudo, moderno. Inserindo-se assim na perspectiva que atravessa todo o mundo por meio da já referida Primeira Revolução Industrial.

E que por isso, verá no estrangeiro um molde para essa realidade que já se buscava anteriormente ao XIX, mas que ganhará força no mesmo. Esse mesmo ideário será mais enfatizado pelas elites locais, que sentem a necessidade de reafirmar seus espaços de poder por estarem na sua concepção, acima e à frente dos demais.

Esculpindo o perfil da elite oitocentista, a antropóloga Angelita Ferreira, infere que é a classe elitista que detém o poder político e/ou econômico. Sendo indiscutível que mesmo tendo estratificações dentro do referido grupo, “os seus interesses e poderes são direta e indiretamente determinantes para a vida de pessoas comuns” (Ferreira, 2003, p. 33).

Assim, podemos compreender neste trabalho que é inerente a elite tem ligações com o letramento e com a sucessão familiar, e a partir disso a mesma organiza-se para manter-se no controle político e econômico. A antropóloga ainda destaca que o grupo passa a dominar a vivência cultural e social, colocando-se como exemplo para os dominados.

Logo, se faz necessário afirmarmos que a cidade se constrói pela multiplicidade dos corpos que nela habitam. Com suas ânsias e desprezos por certos padrões, vivências e até mesmo pelas produções por vezes feitas por si ou por outrem. Como um contínuo fluxo de possibilidades de gostos e desgostos para com objetos e pessoas distintas.

Dessa maneira, é preciso percebermos a sociedade por meio da realidade do seu tempo, compreendendo e questionando olhares e decisões feitas pelos grupos que o conseguem fazer. Como também, por aqueles que não havendo a possibilidade de massificar os seus desejos, continuam a produzir na mesma cidade sua trajetória de vida e sua produção cultural.

1.1 A influência estrangeira: Cópias, reflexos ou impressões?

A estética arquitetônica europeia oitocentista é o assinalamento da força burguesa, na modificação do espaço público que se demonstra em construções majestosas. No qual passam a caracterizar a cidade como domínio maior de seu poder aquisitivo e a possibilidade que carregam em suas mãos da reorganização do traçado urbano, tão somente do urbano, configurando assim uma fuga do rural.

Como já vínhamos percebendo nos parágrafos antecedentes, essa era a construção principal. Visto que era necessário que essa fuga ocorresse, para que a modernidade passasse a ser uma realidade palpável para aqueles que a tanto desejavam. Principalmente porque o Recife sempre manteve conexões múltiplas com outras realidades, sejam elas interioranas ou estrangeiras, por meio dos fluxos comerciais ou até mesmo culturais, tornando-a um polo de experiências passíveis de serem espelhadas em outras vivências.

Sendo assim, a cidade além de referenciar as novas tecnologias efervescentes do período em questão, como o ferro e o vidro, por exemplo, demonstra como o capital e as mesmas modificam a paisagem por meio de uma elite que se predispõe a marcar os espaços que habita, de forma corpulenta e presuntuosa. Ainda haverá essa migração do rural para o urbano, tornando a cidade o local onde as massas passam a ser percebidas e representadas, tudo isso conforme aponta Bresciani (1985, p. 43).

Esse mesmo olhar modernizante eurocentrado e elitista também influenciou além-mar, ou seja, o Recife vai se deparar com essa forma contínua de observar os espaços. Visto que essa visão não pode ser considerada nova por ser um processo contínuo, e que já vinha acontecendo lentamente e com moldes menores desde a chegada da família imperial no Brasil. Ainda, nas décadas posteriores, vai ser proporcionalmente maior, como aponta o historiador Wellington Barbosa da Silva (2018, p. 17).

Influenciados pelas vivências da França e Inglaterra, mais especificamente das cidades de Londres e Paris, como molde para sua melhora civilizatória. Os governantes de então procuraram modificar o Recife a fim de que a elite se percebesse em um espaço civilizado fora da Europa e cada vez mais distante do Antigo Regime, como assevera Silva (2018, p. 23).

Fortalecendo todo esse ideário por meio de modificações estruturantes da sociedade, aqui incluídos para além da arquitetura, os modos de ser e estar nos espaços públicos e privados. Tais ideias vão se enraizar na concepção de vida das pessoas, e vão ser responsáveis para apontar também as verdadeiras necessidades que os indivíduos passam a ter para junto a cidade, também ser entendido como moderno.

Silva (2018) ainda aponta que as modificações consideradas modernas vão transparecer no uso dos novos transportes que ocuparão a estrada mais fortemente. Além dos discursos sociais de higiene, civilidade e urbanização que acometem o social de cima para baixo. Visto que os costumes pessoais, como a higiene, são os primeiros a influenciar o contexto. Para que assim, os demais pontos mais complexos e gerais possam ter a possibilidade de serem efetivados, como a ideia de urbanização que urgia no presente momento.

Além da presença solicitada da polícia - na qual perceberemos com mais atenção mais abaixo -, a escolarização como fator preciso e a visão duradoura de um litoral civilizado em detrimento de um sertão marginal, presentes nos discursos políticos constrói fortemente a imagem de tais pólos - litoral e sertão -. Arraigada na necessidade da (re)produção de símbolos, para qualificar quem possuía maior assertividade para o lucro, a pomposidade e a aproximação com os padrões europeus, a cidade litorânea.

Um dos exemplos mais elucidativos citados por Silva (2018), é a construção do Mercado de São José em 1875. Como método para retirar do centro do Recife as sujidades implantadas por anos a fio pela insalubre feira pública, e adicionar limpeza, organização e novamente o ideário de modernidade. Já que referencia o mercado de Grenelle em Paris, por serem feitos com material aqui já exposto, isto é, o vidro e o ferro.

Percebe-se que a estrutura não é ideal para o clima da cidade, onde há predominância do tipo tropical úmido, quente e úmido em relação à Paris onde quem predomina é o tipo climático temperado. Mas a necessidade de se ver como

igual acaba fazendo com que transfiram uma outra cultura, por ser visualizada como o arquétipo a ser seguido. Mesmo que não se encaixe ou transpasse as características culturais dos povos presentes no território.

O discurso tem um poder para além de quem fala, atravessa outrem sem que muitas vezes isso seja percebido e reverbera ações contínuas de preservação do dito. Se interligarmos com a questão imagética essa percepção se expande e finca raízes no imaginário populacional como verdade, ou melhor, como real. São então visualizados os reforços de um padrão que se pretende necessário para a legitimidade de quem o utiliza dentro do contexto social.

Por isso, esse esforço de civilidade percebido nos parágrafos precedentes, vai gerar de maneira cumulativa a necessidade daquilo que é vendido como modernizante. Fazendo-nos perceber que o que circula tem uma intenção e é controlado por um grupo em específico. Gerando desigualdades entre as cidades e os arrabaldes, por exemplo, como já fora apontado acima.

Logo, é muito mais fácil encontrarmos essa perspectiva de um Brasil, ou de um Recife que tenta se enquadrar nos moldes parisienses, do que o seu próprio chão ainda exala. Ou seja, a escravização de um corpo que dificilmente vai ser representado ou vai ter a perspectiva de adentrar esse espaço que está sendo construído.

Principalmente por que esses mesmos corpos - em destaque os indígenas e negros -, eram enxergados como o que necessariamente precisa ser supresso. No qual só vai ser encarado tardiamente como livre, isto é, 12 anos antes do final do século. Tudo em nome de uma sociedade que mantivesse não só as lembranças europeias, mas uma tentativa de cópia da Europa mesmo com as distâncias continentais entre a mesma e o Brasil.

Não podemos tergiversar a realidade pungente da época, que ainda voltada para o higienismo vai determinar o que precisa se manter ou não no âmbito social. Selecionando assim, por meio dos discursos e práticas, além das edificações, os objetos e também o corpo que precisa se revelar como único no Brasil. Ademais, apontando as diversas tentativas para que o plano se tornasse realidade, percebe-se que não faltam discursos e práticas para reafirmar essa necessidade criada por aqueles que se pretendiam melhores e poderosos.

A abolição (Lei Áurea) por si mesma, ocorrida em 1888, foi precedida por uma cronológica sucessão de leis que encaminharam para o ato, mas não

estabeleceu diretamente uma relação entre raça e cidadania. O que segundo Keila Grinberg (2009), para que ela ocorresse aglutinou-se pressão social estrangeira, às lutas dos abolicionistas, fugas dos cativos. Para então desembocar no enfraquecimento do poder senhorial e do sistema escravagista. Assim, mesmo demonstrando o fim da monarquia, não lidou com o grupo social minoritário como cidadãos.

No tocante a República, fundada em 1889, que se configura em tese como um governo voltado para o público, para o povo, nos seus primeiros anos prontamente se percebeu que não é o totalizante para diversos grupos sociais. Uma discussão que toma fôlego nesse período é o que foi apontado nos parágrafos antecedentes, isto é, a escolha de um protótipo humano e de tudo o que pertence ao mesmo, sua cultura, vestimenta, objetos, etc.

Esse mesmo governo vai ser e voltar-se para os desejos, visões e necessidades da elite local. Um dos traços principais é a tentativa - quase certa - de manutenção desse poder, e que vai conseguir se implementar a partir da estratégia de não só fazer alusão deleitável aos seus, mas de exclusão do outro. Narrativas são expressas para demonstrar como atingir o modelo mais favorável socialmente.

Uma discussão que vai atravessar a passagem do século XIX para o XX, que pode ser lido aqui como uma marca de continuidade, é o ideário de embranquecimento social. Como apontado por Tatiana H. P. Lotierzo (2013, p. 3-4), no qual foi orientada por Lilia Schwarcz, haverá na Inglaterra em 1911 a primeira edição do Congresso Universal das Raças. Dando a liberdade para João B. Lacerda - delegado que representou o Brasil - referenciar o modelo de embranquecimento que salvaria o país da sua marca negra.

Tendo como corroboração dos apontamentos de Lacerda a obra "A Redenção de Cam", no qual demonstra a purificação da raça baseada no darwinismo social. Além do apontamento de um gênero redentor, o masculino, também interpretação da antropóloga Lotierzo. A mesma aponta como o homem está localizado na centralidade para a redenção do fator negro da imagem, que é representando em suma pelas mulheres, e principalmente como ele está sentado próximo ao melhor chão.

Vale ressaltar que mesmo o Congresso tendo ocorrido em 1911, isto é, no século XX, a obra foi pintada por Modesto Brocos em 1895 na Escola de Belas Artes de Paris, influenciado pela corrente filosófica determinista. Dessa maneira, a

mesma se insere no contexto histórico oitocentista se levarmos em consideração a sua feitura, no qual demonstra como o Brasil direcionava seus olhares aos negros de então.

Figura 1 - “A redenção de Cam” (Modesto Brocos)



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Principalmente porque sendo produto do seu tempo, reverbera as concepções da sociedade que o produz. E para além disso, a mesma sociedade ainda permitiu a veiculação de tal obra, como produto a ser compreendido como a solução para o problema de cor do território. Como vimos, ainda foi tomada como obra exemplar para os estrangeiros perceberem as necessidades do problema e as possíveis soluções. Recebeu a medalha de ouro na Exposição Geral de Belas Artes de 1895, de acordo com o Museu Nacional.

Nos guiando pelos apontamentos de Lotierzo, se faz necessário explicitarmos as intenções que a imagem com a escolha de perspectivas produz. O fator branco representado pelo pai sentado em frente a uma suposta casa mais organizada e um chão com melhor qualidade, justifica a melhora da marca negra que não perpassou da avó preta retinta e da filha parda para a criança.

Ademais, a que seria a avó da criança encontrasse mais próxima a casa e ao chão que são menos qualitativos. Além de estar com as mãos em sinal de agradecimento, a sua filha já compreendida como descendente da miscigenação está entre o meio termo dessa questão. O que se consideraria a vivência dos pardos nessa conjuntura. E por fim, a criança centralizada em ambos os “mundos”, já seria o resultado esperado pelo processo de embranquecimento social apontado nos parágrafos precedentes.

Sob o ponto de vista da historiadora Lilia Schwarcz (1993), na introdução de sua obra “O espetáculo das Raças”, assegura que além de ser a perspectiva de quem ocupava os espaços da intelectualidade brasileira, também era reforçada pelos viajantes europeus. Justamente porque os mesmos, ao visitar o Brasil escreviam, pintavam, desenhavam e falavam sobre o mesmo, partindo de suas vivências em terras natais, no qual eram menos miscigenados do que no país analisado.

Vista como um espetáculo, a miscigenação ainda assim tinha seu propósito branqueador. Para autores dialogados no trabalho da historiadora como Nelson Sodré e Dante Moreira - que analisaram a questão no século XX -, tal projeto guiara-se pela perspectiva eurocêntrica e legitimadora da dominação europeia no território brasileiro.

Portanto, compreender que essa cidade possuía seu plano modernizante, mas que ainda está incutida no seu cronos colonial, é de fundamental importância. O que nos permite observarmos mais adiante um recorte menor do Recife e os vestígios arqueológicos que iremos perceber como utilizados dentro desse mesmo processo.

Ademais, se faz necessário observarmos essa mesma cidade que deseja modernizar-se por outras vias. Pelas histórias daqueles que como supracitado, não vão estar inseridas nessa conjuntura, as classes menos favorecidas. Para isso, compreenderemos por meio das mulheres escravizadas, forras e livres pobres esse contexto histórico, trabalhado pelo historiador social Maciel Henrique Silva. Que a princípio, já assevera que tais personagens históricos dão outros sentidos para as ruas e para a cidade do Recife.

Em consonância com o autor, podemos perceber que esses indivíduos sociais, majoritariamente, possuíam trabalhos que tinham três localidades: a casa, a rua e o rio. Como o mesmo aponta, eram venderias, domésticas, lavadeiras, etc.,

que as faziam conhecer ambos os espaços os quais transcorreram a vida privada e a social por consequência. Inclusive, o historiador ressalta a presença dessas pessoas em vendas, tabernas e comerciando nos centros das cidades escravagistas litorâneas no oitocentos.

Além do mais, como já fora discutido neste trabalho, Recife tentava entrar nos moldes da civilização. Contudo, Maciel Silva bem discorre sobre essa ambiguidade de progresso *versus* proibição, no que diz respeito ao comércio feito por mulheres negras e pardas (na compreensão da época as indígenas também eram desse grupo).

No qual eram colocadas para fora dos seus espaços de venda - trabalho -, mas que resistiam a esses comandos da Câmara Municipal. Assim, a rua e o rio, os quais se apresentavam como liberdade para as que trabalhavam nas casas, eram espaços de muito trabalho e de uma sobrevivência insegura para as que trabalhavam neles.

Contudo, para todas essas representavam também o meio de fuga mais pertinente, com maior viabilização para aquelas que trabalhavam como negras de ganho ou lavadeiras. Exceto durante à noite, que para as comerciantes era proibido e as que o fizessem poderiam ser confundidas com prostitutas.

O que nos demonstra as barreiras sociais impostas a tais mulheres, que entendidas tão somente como instrumentos de trabalho tinham suas liberdades restringidas pelo pôr do sol. Ainda se faz necessário ressaltar que o primeiro censo ocorrido em 1872, aponta a contagem de 1,5 milhão de escravizados no Brasil, então não era somente uma realidade que se restringia a Recife, mas sim a todo o território nacional.

E como pudemos perceber anteriormente, esses indivíduos foram mais tarde retratados como os que precisavam desaparecer do contexto social. Apagados da história do país e tidos como o erro daquilo que se queria como moderno e nacional, tudo isso com 23 anos de diferença.

E se nos voltarmos para o contexto histórico nacional, partindo do momento da abolição da escravatura em 1888, passando pela pintura de Modesto Brocos em 1895, ou seja, 7 anos de diferença, perceberemos que esse contexto não melhorou mesmo com a dita abolição.

Além do mais, se a elite sente a necessidade de reconfigurar a cidade, é nos espaços como vendas e tabernas - recintos subalternizados - que a convivência dos

pobres urbanos se davam de forma mais humana. No qual segundo o autor eram tidos como locais infernais para as classes mais abastadas. Como também a própria rua, que entendida como espaço de coisas ruins, passa a ser ocupada por tais indivíduos e dela se apropriam com numerosidade, indo de encontro com o desejo das autoridades.

É imprescindível nos voltarmos para os dados e notarmos que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que está atualmente no lugar da primeira, a Diretoria Geral de Estatística, o primeiro censo fora feito por meio do envio de formulários de papel.

Os quais foram enviados pelas paróquias católicas para às casas, onde os chefes de família deveriam preencher os dados que revelassem a realidade dos seus lares. Sendo necessário percebermos que os chefes eram necessariamente os homens - de possível maioria branca -, logo, os que tinham acesso ao poder do controle social.

Percebendo o contexto histórico, podemos apontar que os resultados poderiam ser modificados a partir do interesse do chefe ou da própria paróquia. Todavia, ainda assim foi legitimado e por isso podemos utilizá-lo tendo a suposição de que os números são bem maiores.

E que se foi apontado 1,5 milhão de escravizados, é porque tinha-se a intenção de minorar a questão para os estrangeiros, principalmente para tentar manter a imagem de civilizados perante os demais países. Inclusive, o próprio Instituto assevera que os indígenas que não eram urbanizados nem foram contabilizados pelas dificuldades de contato, o que já demonstra muita coisa.

Ainda como, por exemplo, 99,7% do Brasil se considerava católico em um país com diversas religiões. Ou seja, como o historiador Diego Nones Bissigo afirmou para o Instituto, é um apagamento histórico por meio das simplificações dos dados. O que gera em consequência uma irrealidade social com total afirmação e legitimidade por parte dos interessados.

Diante do exposto, a seguinte gravura oitocentista do pintor Luis Schlappritz de 1863, ilustra essa realidade mordaz da ocupação dos grupos discorridos nos parágrafos antecedentes. Nos locais onde haviam muitos transeuntes para que pudessem comerciar.

Inclusive, o historiador social Maciel Henrique Silva aponta que o bairro da Boa Vista possuía essa característica marcante, por isso escolhemos a praça para

ilustrar essa vivência. Visto que revela a autenticidade de forma mais assertiva do que os dados apontados nos parágrafos antecedentes.

Figura 2 - “Praça da Boa Vista” (Luis Schlappriz)



Fonte: Coleção Brasileira Itaú

Portanto, vê-se na imagem transeuntes com roupas que marcam as suas respectivas funções sociais, como supostos homens e mulheres mais abastados. Além das pessoas escravizadas, que carregam suas bandejas com objetos de cerâmica - que ainda serão discutidos neste trabalho - e seus produtos, sendo as vestimentas um dos abundantes marcadores sociais. Principalmente porque no Segundo Império a cultura na época da pintura (1865) ainda conservava a estrutura escravista no território nacional.

Poderíamos utilizar-nos de diversificados exemplos de mercados e/ou espaços públicos que sofreram modificações no período. Contudo, nos voltaremos a um que já foi referenciado, ou seja, o Mercado de São José. Nessa perspectiva, por sua vez, o mesmo espaço é observado de maneira diferente de como é percebido pela elite. Sendo o espaço de trabalho de negras de ganho, as mesmas que foram retiradas em detrimento de um olhar de limpeza e organização do espaço como já apontado.

Tais indivíduos, mulheres e homens pretos, pardos e indígenas, possuíam a configuração de uma imagem voltada para aquilo que de primeiro já se compreendia como sujo. Somente suas presenças já asseguravam os olhares desviantes dos

senhores. E respectivamente, seus trabalhos eram encarados de igual modo. Enquanto para uns o emprego foi empurrado para as periferias, como aponta Maciel Silva, para outros a cidade modernizava-se.

Logo, a mesma cidade e o mesmo acontecimento, porém realidades que se cruzam de maneiras distintas e que vão desembocar em resultados opostos. Assim, percebe-se que a cidade possui diversos lados da mesma moeda. Principalmente porque as camadas sociais não dividem-se tão somente entre a elite e os menos favorecidos, mas há nuances de grupos que se encontram nos meados entre uma e outra camada social.

Mas é nessa mesma configuração geográfica que homens brancos passavam livremente com seus ideários para as ruas e construções, contudo, “o espaço da rua para mulheres e homens pobres, escravos ou não, é ainda o espaço da suspeição generalizada, da tensão com as autoridades policiais e judiciais” (SILVA, 2005, p.16).

É nesse aspecto que a referida presença solicitada da polícia se fará legitimada, como controle territorial e até mesmo como mais um símbolo de reorganização espacial em busca do moderno. Isto porque o poder não só mantém-se por meio dos domínios aquisitivos ou de laço familiar, mas também pelo reforço dos símbolos os quais permeiam o imaginário social e atingem diretamente os indivíduos “prestigiosos”.

Por conseguinte, percebemos que o olhar eurocêntrico oitocentista se entranhou nos discursos públicos no Recife, atingindo todas as camadas sociais, mas não de forma positiva à todas. Principalmente pela eleição do visível e do descartável imposto a objetos, locais e pessoas. Dessa forma, as cópias parisienses ou londrinas renderam reflexos estruturais, marcando as impressões sociais que perduraram pelos séculos seguintes.

1.2 O comer e beber na cidade comerciante.

Sob o ponto de vista do historiador italiano Massimo Montanari (2004), a comida em relação aos humanos pode ser vista por meio da história em que ambos se entrecruzam. Levando em consideração que os últimos possuam controle para com as primeiras. Perceberemos adiante como os alimentos constroem uma base sólida por meio da história, para que seja compreensível essa complexa relação.

De igual modo, a temática que estamos nos debruçando possui uma importância singular. Justamente porque está incutida não só na vivência dos humanos, como principalmente na sua sobrevivência. Alimentar-se é crucial para a manutenção da vida de todo animal, logo, as formas que envolvem este feito nos servem como objeto de análise em camadas múltiplas, como será feito nesse trabalho.

Para o autor, como o mesmo assegura no Prólogo da sua obra “La comida como cultura”, a comida vai se transformar em cultura ao passar pelos seguintes estágios: produção, preparação e consumo. Neste mesmo recorte da obra ainda vai apontar que a comida “se apresenta como um elemento decisivo da identidade humana e como um dos instrumentos mais eficazes para comunicá-la” (Montanari, 2004, p. 10).

Partindo do princípio de comunicação, é necessário lembrarmos que não só as palavras possuem a função de transmitir mensagens, como o autor assevera, a identidade humana é composta por questões que estejam ligadas a mesma e que transformam-se em símbolos. E como já foi demonstrado através dos estágios que os alimentos passam para tornar-se cultura, observa-se necessariamente as mãos humanas em ação, o que os interliga imediatamente.

Portanto, Montanari (2004) nos permite perceber que é a relação não somente baseada na dependência para com os alimentos, mas sim, a escolha em meio a tantas possibilidades do que fazer com tais, que os humanos estabelecem conexões para com os mesmos. Assim, mesmo que o clima ou o solo, por exemplo, possam afetar diretamente na produção dos alimentos, o humano escolhe como participe da natureza os quais servirão para utilização em suas mesas.

Dessa maneira, o autor nos explicita que os humanos se esforçaram para que a sua relação com os alimentos se tornasse cada vez mais íntima e controlada. Tal anseio não só construiu suas sociedades, mas a mantiveram de pé de forma numerosa em comparação com os grupos de caçadores coletores. E com o passar dos séculos, diversos elementos naturais passaram a ser manipulados pelas mãos humanas, um exemplo bastante pertinente e que teremos maiores contatos será a argila, base primária para as produções que analisaremos posteriormente.

É interessante observarmos que ao incutirmos a ideia de que o referido vínculo entre humanos e alimentos transformou-se em sociedades, perceberemos que estas últimas estão relativizadas por este encontro. Assim, se alimento é igual

ao conjunto de indivíduos, podemos inferir que houve culturalmente a naturalidade do encontro entre pessoas e alimentos.

Ademais, ao se referir à história global, Montanari discorre acerca das relações entre dominantes e dominados, inserindo o Brasil dentro dessa perspectiva como constituinte do segundo grupo. No que concerne ao processo da colonização no território brasileiro, os alimentos/bebidas vão ser considerados como símbolos de poder, assim, para corroborar com isso, o autor traz como exemplos o açúcar e o café. Estes que fizeram deste território uma colônia que se destacava pela produção, mesmo que por meio da escravização de nativos e africanos.

Podemos asseverar que o Recife pode ser lido sob prismas diversos, principalmente se a escolha da ótica for modificada no percurso. Assim, iremos agora voltar-nos para as maneiras que os oitocentistas recifenses se utilizavam para comer e beber na dimensão da localidade.

Na concepção da mestra em História Elisa Brito Santos (2019), alimentar-se neste contexto difere-se de comer. Isto porque o primeiro é um ato de socializar perante a comida, enquanto o segundo é sobre saciar a fome. É dessa forma que podemos observar e discorrer acerca do beber e comer no Recife, a partir da socialização.

O ser humano em sua complexidade se percebe como uma espécie que depende da sociabilidade, como se já estivesse posto para tal grupo como condição de natureza. Seja com seus familiares em seu lar - como primeira experiência em vida -, ou ainda quando é inserido no contexto maior, na própria sociedade. Enfim, conviver com seus pares é, antes de tudo, construções múltiplas de aprendizagem.

Contudo, como o lazer está imbuído nesse cenário, os indivíduos passam a interligar esta experiência com a comida, ou melhor, com a perspectiva de alimentação que acabara de ser exposta. Fazendo com que no âmbito social a relação destes, se transbordem nos espaços construídos para que a sociabilidade também parta do alimentar-se.

A historiadora ainda nos assegura que o surgimento de espaços de sociabilidade, como restaurantes e cafés, vai ter um grande destaque para os oitocentistas. Pois no século seguinte a sociedade já estará habituada com tais espaços e com as relações que se fazem neles. Isto irá ser de suma importância para destacar as comidas, visto que as bebidas previamente estavam nestes locais.

Ademais, restaurantes e cafés vão se inserir no contexto da discussão que já nos debruçamos neste trabalho. Junto à construções e reformas da cidade, se manifestam como os reflexos, impressões e cópias da elite parisiense que ditava para o mundo os espaços necessários para se manter na sociedade oitocentista.

A autora também assevera esse viés, ao afirmar que a criação de tais localidades partiu das necessidades da classe dominante francesa para com o lazer. No qual iniciam-se nos salões aristocráticos, mas saindo destes passam a usufruir dos mais novos restaurantes e cafés que passaram a mover a sociabilidade da vida que se pretendia moderna.

Assim, tais espaços chegam ao Brasil e mais especificamente em Recife, como possibilidades de legitimação de que este território deixa para trás sua herança não civilizada. Porém, Santos (2019) assegura que é mais uma estratégia europeia para a manutenção do seu próprio poder, que tem necessidade de construir os locais de todos e principalmente mantendo-se tal qual o suprasumo das sociedades.

Em concordância com a referida consideração, o Recife oitocentista (re)produziu para sua elite espaços de sociabilidade. No qual se caracterizaram como aptos para abrigar conversas, ordens do dia, notícias e até fofocas dos homens da elite (Santos, 2019, p. 43). Entretanto, é importante apontar que assim primeiro caracterizou-se os cafés, que desde o século XVIII já vinham ganhando espaço e em seguida será a vez dos restaurantes que ainda dividirão com os cafés esse pódio.

Voltando a nossa atenção somente para os restaurantes, ainda de acordo com Santos (2019), estes são a nova possibilidade para o que antes representava barulho, poucas opções de comida e insalubridade. Isto é, os cabarets, albergues e tavernas no contexto francês. No qual recebe sua nomenclatura em referência à venda dos caldos restauradores feita por Chantoiseau.

Já no contexto brasileiro, de acordo com a historiadora, são as tabernas e os botequins as localidades para alimentar-se fora de casa, no qual estavam mais direcionados para as bebidas. E os restaurantes eram novidade e atendiam tão somente às classes mais abastadas, sendo localizados no bairro do Recife por conta da proximidade com o porto.

Além disso, procuravam mostrar-se igualmente culturais e requintados como os europeus, conforme os apontamentos de Santos (2019), ao anunciarem em

jornais acerca do interior dos restaurantes. Ressaltavam exemplos como a mesa do local, destacando que a mesma era de mármore ou ainda que o serviço da mesa era composto por porcelana e cristais. Logo, os elementos eleitos são necessariamente facilitadores da construção da imagem reproduzida.

Todo esse requinte conseguia manter os homens recifenses como os principais frequentadores e quando nos referimos à presença das mulheres, somente as estrangeiras tinham a possibilidade de também fazê-lo. Não era comum para as mulheres da elite local utilizar-se de tais espaços, mesmo que estes fossem mais prestigiosos que as tabernas e os botequins.

Desse modo, os restaurantes após a sua fama inicial, passam a configurar-se como espaço para os viajantes e cidadãos, se naturalizando no território para as elites, principalmente por concentrar-se também em hotéis. Assim surgem os restaurantes e hotéis-restaurantes, localizados em sua maioria próximo ao porto por estar em espaço de fluxo contínuo. Ainda, por conta do contexto cronológico e espacial, também utilizaram-se de mãos escravizadas para a sua manutenção.

A autora ainda destaca que o beber na cidade do Recife irá ser reverenciado por meio dos cafés, no qual destaca a existência no período dos Café Ruy, Café Commercial e Confeitaria do Campos. Traça a partir dos mesmos a tendência da época, isto é, a venda não só da bebida café, como também de bolos, doces e mais tarde dos sorvetes.

Assim, os cafés juntamente aos restaurantes, passaram a configurar-se como espaços de lazer, mas não na mesma medida dos segundos, visto que estes já estavam imbuídos da perspectiva elitista do século XIX. Em contrapartida, os cafés eram frequentados por homens de classes sociais diferentes, o que já afastava a presença dos homens da elite.

Em consonância com a autora, percebemos que esses novos locais na cidade em análise, não vão surgir do acaso, são exemplos da vivência social europeia. Mas que também serão fontes destacáveis de novos costumes inseridos no contexto local, visto que se localizam na centralidade do espaço, isto é, no porto.

E servem como porta de entrada e saída dos viajantes, que como Santos assegura, os hotéis-restaurantes vão inserir-se nessa dinâmica como locais que possibilita o abrigar e comer de uma só vez. O que facilitava a dinâmica na cidade para os viajantes, por isso tal grupo era maioria nesses espaços, como também

porque a autora destaca que as pessoas preferiam comer e festejar em suas próprias residências.

Desse modo, refletiremos a seguir sobre como o porto foi vivenciado de maneiras diferentes quando modificamos o grupo da análise que está usufruindo do mesmo. Além de discorrer como também o mesmo bairro, o Recife, lidava com vivências antagônicas no que diz respeito às camadas de classe social de maneira mais micro, na chamada área de “fora de portas”, onde hoje está a comunidade do Pilar.

CAPÍTULO 02: O ESPAÇO E A FONTE COMO OBJETO DE ANÁLISE.

O historiador francês Marc Bloch assegura que a história é a ciência dos homens no tempo (Bloch, 2002, p. 18) e o arqueólogo Bruce Trigger reafirma que “não há meio de compreender, seja o registro arqueológico, seja a cultura material moderna, sem reportá-los ao comportamento humano” (Trigger, 2004, p. 455), demonstrando a significativa relação entre as ciências. Mas nesse encontro há diversas possibilidades, sendo uma delas o estudo inserido no campo da arqueologia histórica.

Sendo a arqueologia histórica compreendida a partir das discussões abordadas por Tânia Andrade Lima (1985) voltadas para o contexto brasileiro, no qual possui o desdobramento em duas subdivisões, Arqueologia Colonial e Arqueologia Pós-Colonial. Utilizaremos desta última com o intuito de compreender a sociedade oitocentista em suas características industriais.

Ainda, de acordo com Diego Gheno e Neli Machado (2013), podemos tomar a arqueologia histórica como a subdisciplina da arqueologia americana, que discorre acerca do Mundo Moderno por meio da cultura material. Para que nos afastemos da divisão da arqueologia que utiliza-se da escrita como referência ou se baseia na ausência desta. Além da permissibilidade do uso de fontes que ao confrontar-se podem gerar uma discussão mais profunda e resultados mais próximos ao vivido.

Já na perspectiva da história, podemos nos utilizar mais uma vez do historiador francês Marc Bloch (2002) para reafirmar esse contexto. Visto que o mesmo nos assegura que a respeito dos testemunhos humanos, no qual os divide entre voluntários ou não: "A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele".

De acordo com Bruno de Souza Barreto (2013), o que vai permitir tal ensejo é o estudo da cultura material. Principalmente quando a Escola dos Annales - movimento historiográfico - afastam-se das perspectivas descritivas dos objetos, para então compreendê-los como relacionados à produção humana, de cunho cultural.

Sendo tal cultura material sob a perspectiva de Diego Gheno e Neli Machado (2013), compreendida por “um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, inseridas nas relações

cotidianas” (2013, p. 165). O que nos demonstra que no objeto está representada a cultura tanto dos que consomem, como a dos que fazem, que por muitas vezes acaba por ser a mesma.

Ademais, podemos dizer que a arqueologia possui na jurisprudência a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 para reafirmar que:

“os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram fica sob a guarda e proteção do Poder Público, de acôrdo com o que estabeleceu o art. 175 da Constituição Federal” (Brasil, 1961, p.1).

Facilitando assim o acesso a tais materiais aos estudantes e pesquisadores das mais diversas áreas, abrangendo e guiando o trabalho arqueológico. Além de torná-lo mais próximo à sociedade com a sua publicização, permitindo que se construam narrativas para além das que um grupo queira gestar para seu interesse.

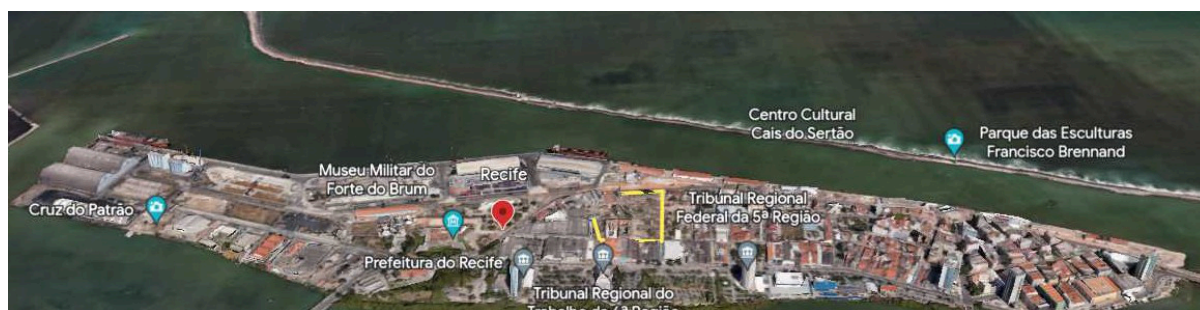
Dessa forma, o Recife oitocentista, como em qualquer outro século, possuía realidades diversificadas. Já se percebeu que a cidade configurava-se mediante a realidade do indivíduo, no qual contava com suas características étnicas e o seu poder monetário. Como fora exposto no capítulo anterior, houveram espaços construídos e mantidos para servir somente as classes mais altas.

Sem nos distanciar das perspectivas que exprimem que o sítio arqueológico do Pilar encontra-se tão próximo dos referidos espaços projetados - vistos no capítulo anterior - para as classes mais abastadas, como se desenrolava a vivência nesse local? Quais pessoas utilizam esse espaço? E por fim, como a cerâmica - aqui compreendida como produto cultural e simbólico - era utilizada nesta territorialidade?

2.1 Sítio Histórico e Arqueológico do Pilar.

No bairro do Recife - o mais antigo levando em consideração o processo colonial -, encontra-se o que na atualidade é compreendido como o Sítio Histórico e Arqueológico do Pilar. Com distância menor que um quilômetro do Marco Zero, tem sua história compreendida como uma comunidade de moradia na contemporaneidade.

Figura 3 - “Mapa de localização da área de pesquisa” (Dayane Gomes de Moura)



Fonte: Google Earth

Na imagem da localização da área de pesquisa, podemos observar o bairro do Recife, com alguns pontos turísticos contemporâneos, e a comunidade do Pilar (delimitada em amarelo), tendo a Prefeitura do Recife como vizinha e o Porto ainda como parte de sua realidade.

Em consonância com os geógrafos Nancy Nery e Cláudio Castilho (2008), percebe-se que “o direito à cidade é reservado para algumas poucas classes” (Nery e Castilho, 2008, p. 21). Por meio da cronologia feita pelos autores acerca da ocupação mais atual do território da comunidade do Pilar, é apontado que em 1970 o Porto do Recife desapropriou e demoliu seis quadras do local, que localizava-se entre a fábrica do Pilar e o moinho do Recife.

A partir disso, as famílias começaram a construir suas moradias feitas de madeira, totalmente insalubres. Como sequência, os autores apontam como os projetos de cidade e de bairro vão perceber a comunidade como objeto de análise para transformá-la. Ao passo que em 1998 ainda nomeada de “Favela do Rato”, foi entendida pelo Plano de Revitalização do Bairro do Recife como um conjunto que precisava de relocação.

Ainda de acordo com os pesquisadores Nery e Castilho, na década de 1990 os polos vizinhos ao Polo Pilar receberam revitalizações. Contudo, os mesmos ressaltam esses pontos em 2008, apontando ainda para a falta de revitalização na localidade, porque em 2002 somente a elaboração do plano de requalificação do espaço havia começado.

Nesse sentido, se faz necessário apontarmos as diversas tentativas de se pensar as modificações da comunidade, no qual inicialmente não levavam em consideração os moradores e suas necessidades nem de vivência, muito menos de sobrevivência. Somente em 2007, quando a Prefeitura do Recife incumbe-se da

responsabilidade para com o local é que os moradores são incluídos e as suas necessidades passam a ser enxergadas.

A escavação arqueológica da comunidade do Pilar, revela as histórias consumidas pelo tempo e que se evidenciam durante esse processo científico. Coordenada de 2010 a 2016 pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, passou em 2016 a ser coordenada pelo Núcleo de Pesquisa e Ensino Arqueológico - NEPARQ.

Isso se torna possível por meio do projeto intitulado “Programa Arqueológico de Resgate, Prospecção, Monitoramento e Educação Patrimonial das Obras Civis de Implantação do Habitacional do Pilar - Bairro do Recife”. No qual abarcou ambas pesquisas supracitadas, além de reforçar em seu título as diversas possibilidades de trabalhos arqueológicos.

Tendo como premissa a liberação do território para possíveis construções, nesse ínterim, o NEPARQ é o responsável por resguardar os achados arqueológicos, onde todos os processos pós campo são realizados em suas dependências. Como a higienização, catalogação, organização em reserva e ainda pesquisas e exposições com os fragmentos advindos da escavação.

No que refere-se ao trabalho no campo, este é organizado sob responsabilidade da equipe científica. Onde há a subdivisão metodológica do campo em quadrículas de 2m X 2m ou de 5m X 5m, que estão circunscritas às suas referidas quadras, como por exemplo as já existentes, 25, 40, 45, 46, 55 e 60. Facilitando a compreensão da localidade do material encontrado para estudos de análise científica.

O resultante deste trabalho é o salvaguardamento de fragmentos de tipificações, formas, espessuras, cores, materiais, etc., diferentes uns dos outros. A partir dessa primeira visualização, selecionou-se as cerâmicas como elemento basilar para análise das vivências no território. A fim de compreendermos as suas utilizações como na mesa posta, por exemplo, o que faremos mais adiante.

Além disso, é necessário assegurar que tal trabalho arqueológico como todos os outros no Brasil, é legitimado e organizado de forma geral pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Conta de forma hierárquica com a própria constituição federal de 1988, por meio de artigos que designam as funções da união e de seus municípios em relação às suas funções.

Entre eles está o artigo 216, que aponta diretamente as diretrizes da cultura no âmbito nacional. Asseverando em seu primeiro parágrafo que:

“o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil, 1988).

O que ressalta a importância deste trabalho para a manutenção do patrimônio e da história social. Tomando como referência os dois últimos pontos do primeiro parágrafo do artigo 216, isto é, “outras formas de acautelamento e preservação”, o trabalho que aqui será desenvolvido, irá analisar os fragmentos a fim de devolver à sociedade respostas científicas para a história do local escavado e o salvamento arqueológico dos fragmentos resultantes do processo. Adicionando assim, mais uma forma de preservar o patrimônio cultural nacional.

Portanto, é por meio do trabalho arqueológico, como também pelas fontes documentais, que podemos acessar o século XIX como outro contexto do Sítio Arqueológico do Pilar, dialogando com o primeiro capítulo deste trabalho. Mas é preciso que compreendamos primeiro que a história dessa área se vê permeada pelos seus contornos espaciais.

Principalmente porque a localidade sempre possuiu grande movimentação, sobretudo por se encontrar próxima ao porto natural da vila de Olinda, isto é, o Recife, como nos assegura Marta Loreto (2014). Sendo esta a primeira forma de utilização da mesma e onde havia grande possibilidade de contato com outros continentes e cidades. Como também funcionava para manter uma inter-relação entre o micro - o Pilar -, o regional - Recife/PE - e o global - por ser porta de entrada/saída para tais ligações -.

Vale ressaltar que os portugueses mantiveram Recife como porto para Olinda, como já asseverado, no qual segundo Loreto (2014), era habitado em sua origem justamente por aqueles que dependiam do porto, mas também da pesca. E somente quando a Companhia das Índias Ocidentais invade o território, em meados do século XVII, primeiramente ocupam Olinda, mas transportam-se para Recife retirando a funcionalidade única de povoado portuário. Assim, transformando não somente as estruturas do local, mas também as vivências sociais do mesmo.

Em sequência fortifica-o, enlarga suas ruas com aterros, utilizando a Ilha de Antônio Vaz mais que os portugueses, que mais tarde ficou conhecida como Cidade Maurícia. Logo, organizam em Recife um núcleo cada vez mais urbanizado, sem deixar de investir nas fortificações bélicas, religiosas e de moradias, como explicita José Luiz Mota Menezes (2003).

Ademais, de acordo com Suzane Chaves e Phillip Farias (2018) o bairro do Recife e adjacências vão estabelecer uma função comercial em detrimento dos empreendimentos industriais desde a sua formação histórico-territorial. Já na atualidade, se concentra como espaço de lazer, o que se torna possível por meio dos investimentos que são redirecionados para a área em questão, lida como o centro da cidade que ainda é a capital do estado.

Como também a localidade foi próxima ao istmo, que sendo uma faixa de terra estreita conectava as duas cidades, isto é, Recife e Olinda. O que segundo Flaviana Lira (2014) foi considerado pelos memorialistas do século XIX um local de passagem, caminho e até mesmo entrada da barra do Recife, o que reafirma a movimentação de transeuntes na região.

Contando ainda com o comércio não somente local, como também com o transatlântico, o que abrange a referida movimentação e a pluralidade de objetos comercializados. O que reflete diretamente na diversidade dos achados arqueológicos na região, que ultrapassam os objetos residenciais para os objetos utilizados também na rua.

É necessário elucidarmos que a localidade que já fora intitulada na contemporaneidade de “Favela do Rato” e posteriormente “Comunidade do Pilar”, era conhecida no século XIX como “Fora de Portas”, de acordo com Nancy Nery (2012). Sendo assim referenciada em mapas e em jornais locais, guiando-se também por meio das leituras feitas pelos cidadãos para com o local.

Entretanto, direcionando o nosso olhar para a expressão “Fora de portas” - na qual se refere ao momento pós construção do muro que identificava onde começava o bairro do Recife - , e por sua vez, o que estava para além do mesmo era aquilo que não lhe pertencia, isto é, a atual Comunidade do Pilar, podemos encontrar neste quesito uma ambiguidade no âmbito geográfico.

Principalmente porque dentro do campo da Geografia Humana se defende a ideia de que a cidade nasce do encontro do mar e do mangue, ou seja, diretamente da ligação. Além da pertença direta da cultura local e do seu cotidiano com tal

conexão. Logo, a região que assim fora denominada “Fora de portas”, é o berço da cidade e o que a permitiu expandir até as dimensões atuais, como aponta o professor e geógrafo Josué de Castro (1954).

Ademais, Mário L. Melo (2012), assevera que por fazer parte das rotas do Atlântico Recife se tornou economicamente favorável, por isso foi alvo da colonização em seu território. Contudo, há uma história que não teve a permissão de ser vivida justamente por que houve tal processo colonizador.

Visto que, de acordo com o documentário “Recife, o mangue que a cidade comeu” (2017), a colonização pode ser considerada desnecessária para a expansão da cidade. Sobretudo porque por essa mesma ligação com o mar apontada por Melo, se daria a expansão do Recife. Todavia, não se sabe em quais moldes ou dimensões, descartando por fim a possibilidade do seu encolhimento ou ainda sua interrupção em relação ao global.

Em virtude de ser entrecortada por rios e reconectada por meio das suas diversas pontes, peculiaridade observável de maneira facilitada no centro da cidade, é denominada pelos geógrafos como cidade anfíbia, como bem relembra Josué de Castro (1954).

Além do mais, por estarem interligados com a cidade, seus viventes também podem ser considerados de igual forma, visto que como anfíbios, possuem uma existência híbrida, dividem seu tempo entre as vivências nas águas e no ambiente terrestre.

Rememora dessa maneira, não só o início de sua formação, porém, aponta também que a sua continuidade se dará da mesma maneira. Isto é, a cidade nasce com a água - mar e mangue - e se expande por conta da água - Porto -, e ainda se perpetua por conta da água - humanos (formados por água e imbuídos na necessidade de aterrar) -.

Isto posto, podemos imaginar esse centro para além das pontes e nos voltarmos mais uma vez para as pessoas. Como vimos no capítulo anterior, o envolvimento dos humanos com o rio produzia um cotidiano negro envolto no trabalho, em resistências e amores bastante complexos.

As gravuras produzidas no século XIX, ressaltam o trabalho de indivíduos que durante tal século vão ocupar fortemente o bairro portuário da cidade. No qual - nessas circunstâncias - a sobrevivência era o seu próprio tabuleiro, ou melhor, as

Já na figura 05, sendo do mesmo ano da primeira e que segue abaixo, a ganhadeira se encontra centralizada na cena, que é retrato do bairro da Boa Vista. A única coisa que difere é o Pano da Costa que está pendurado em seu ombro ao invés da cintura, como costume das possibilidades da utilização da peça.

Mas a cerâmica também encontra-se nessa gravura no tabuleiro da figura em destaque, mostrando que a mesma estava ligada diretamente às vendas junto às frutas. Visto que também aparece na bandeja da negra que está de costas. Além de reafirmar que a cerâmica pode ser lida como o material muito utilizado no cotidiano dos grupos negros e dos pobres da região, no qual por conta do sistema escravista e depois de seus resquícios, acabavam por serem majoritariamente um só grupo.

Figura 5 - "Grupo de Negros (em frente da Igreja de S. Gonçalo)" (Luis Schlappriz)



Fonte: Coleção Brasileira Itaú

Assim, podemos perceber que além do uso da cerâmica para transportar e vender seus líquidos, também há uma compatibilidade no modo de vestir-se das ganhadeiras. No qual, revela a cultura e a identidade africana como permanência nas terras brasileiras. Além disso, nota-se que tais comercializaram pela cidade e não somente pelo bairro do Recife.

Ao perfazer a negra geografia oitocentista, Bruno Maia Halley (2023), aponta diretamente “as ruas da Senzala Velha, Senzala Nova e Guia, o Beco do Tocolombó, e a Travessa das Crioulas”, como os espaços nos quais os negros eram territorializados no bairro do Recife. Mas quando se refere aos mais pobres dentre eles, aponta a “Fora de Portas” como o espaço onde mais se faziam presentes, principalmente os recém-libertos.

Além disso, destaca que no final do século XIX para o início do XX, os espaços de moradia das comunidades negras passaram a ser os bairros mais afastados desse centro que se moderniza em perspectivas europeias. Descentralizados da cidade, buscaram manter sua cultura, fé e resistências mesmo com as perseguições que continuaram até nos arrabaldes.

Ainda, Halley (2023) ressalta as perseguições feitas a estas mulheres ganhadeiras, visto que por seu trabalho ser na rua e não nas casas como a maioria das negras escravizadas, eram vistas como perturbadoras da ordem. O que era legitimado pela possibilidade que homens brancos e ricos tinham de ditar quem poderia usufruir ou não dos espaços como até mesmo as ruas.

Assim, perfazendo o caminho do que Carlo Ginzburg e Giovanni Levi cognominaram de micro história, traremos à luz a cozinha e a mesa posta dos moradores do “fora de portas” do bairro do Recife, por compreender que ambas estão interconectadas ao cozinhar e servir, respectivamente.

A partir dessa análise, busca-se romper com a distinção feita partindo do âmbito socioeconômico oitocentista para com as peças que compõem ambos os espaços - cozinha e mesa -. Investigando a vida dos que não eram marqueses, condes, viscondes e nem barões, isto é, não possuíam títulos nobiliárquicos, no qual eram conquistados por vias monetárias ou em agradecimento do rei a um serviço concedido ao país.

2.2 Morfologia Cerâmica.

No que concerne ao estudo dos objetos cerâmicos, no Brasil este pode ser feito desde o recorte de longa duração, que propicia a compreensão da história das comunidades indígenas antes da colonização, por exemplo, até o recorte mais contemporâneo já que ainda se produz estes objetos. Permitindo-nos perceber as sociabilidades por meio do seu uso, seja na cozinha quando quem prepara a comida

se utiliza dos mesmos, seja na mesa com as jarras, ou ainda nas ruas em tabuleiros como já vimos.

No acervo da reserva técnica do NEPARQ há cerca de 20 mil peças cerâmicas, sendo plurais em texturas, tamanhos e/ou formatos. Por isso, por meio da sua morfologia foram selecionadas as peças e fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas. Tomaremos as nomenclaturas das bibliografias específicas como o artigo das mestras em arqueologia Jacinta Bugalhão e Inês Pinto Coelho (2017), no qual apontam as funções, passando por formas e indo até mesmo para as produções de tais peças.

Destacando a perspectiva da utilização das formas como método de pesquisa, podemos por meio das painelas cerâmicas, por exemplo, apontar as três principais partes que as compõem. Sendo elas, como apresentadas nas imagens a seguir, a borda, o bojo e a base.

Figura 6 - Borda de panela cerâmica - PL46-2010 (Dayane Gomes)



Fonte: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica

Figura 7 - Bojo de panela cerâmica PL46-2010 (Dayane Gomes)



Fonte: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica

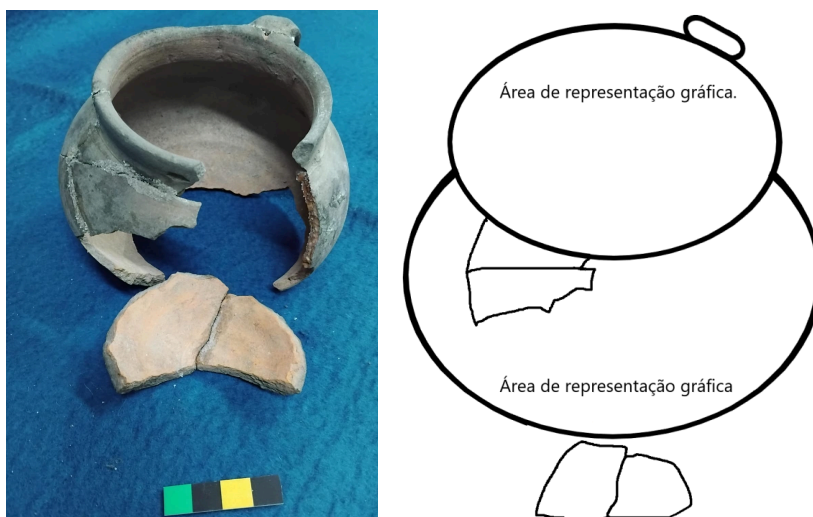
Figura 8 - Base de panela cerâmica PL46-2010 (Dayane Gomes)



Fonte: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica

Dessa maneira, conhecer a peça em sua totalidade mesmo estando fragmentada, permite-nos produzir séries, ou na melhor das possibilidades, se torna viável reconstruí-la. Possibilitando não só a visualização do material, como também uma melhor compreensão dos seus usos. Ainda, de acordo com a historiadora Ana Nascimento e a arqueóloga Suely Luna (1994), há procedimentos para seguir que vão desde a tentativa de encaixe dos fragmentos até a identificação do tipo da vasilha.

Figura 9 - Reconstrução à base de cola branca de panela cerâmica e sua representação gráfica PL46-2010 (Dayane Gomes)



Fonte: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica

Podemos visualizar que essa peça atende aos procedimentos indicados por Nascimento e Luna (1994), visto que é completa com borda, bojo e base, além de nos permitir fazer sua reconstituição gráfica de maneira mais fácil e não hipotética, mesmo que essa poderia ter sido a nossa opção. Por fim, pode ser identificada como uma panela para cozer alimentos, visto que em seu interior foram encontrados restos de ossos da fauna local, possivelmente peixes.

Se propor a pesquisar cerâmicas históricas dentro desse contexto, ultrapassa o campo da mera observação. Vai de encontro com a vivência de um grupo que não era socialmente destacado, ou ainda pior, que era projetado para não ter tal ascensão, reconstruindo a história descartada, que nem o próprio fragmento que é analisado.

São histórias perpassadas por opressões e apagamentos, que em dado momento tornam-se o ponto chave de uma compreensão científica, ganhando assim uma nova utilidade para além de objeto de estudo, vista também como produto das vivências no cotidiano da região. Trazendo como exemplo mais palpável a cultura material representada pelas cerâmicas, que como já posto, se fazia presente em ambientes distintos, a casa e a rua.

É preciso assimilarmos que um objeto não é somente o que se pode observar dele, mas são os questionamentos direcionados ao mesmo que o torna válido. A sua presença, tanto quanto a sua ausência, revela não só como eram utilizados, mas também se eram pertencentes ao grupo que vivia na localidade que é nosso objeto de interesse.

Evidenciando que a utilização do objeto perpassa também a história de quem os utiliza. Como bem aponta Isabel Maria Fernandes (2003), a olaria com seus oleiros produz a peça em sua beleza, e o humano a partir disso, vai definir as suas utilidades que atende às suas necessidades básicas de preparar, cozer e servir os alimentos.

Outrossim, a autora propõe observarmos tais peças de procedência arqueológica por meio das suas marcas de uso, dando como um dos exemplos, manchas de queimaduras, para demonstrar tudo o que já foi apontado no parágrafo antecedente. Além disso, revela a importância científica que repara os detalhes para revelá-los como resultado de uma análise qualitativa.

Desta forma, faz com que essas peças sejam espelhos da sociedade que a produziu e a utilizou. Com histórias enrustidas, o fragmento carrega um teor

filosófico que entrelaça a investigação do mesmo no presente, com suas possíveis utilizações no passado. Fazendo dessa maneira com que ambos os espaços temporais dialoguem e se façam compreender.

2.3 Dos fragmentos cerâmicos de cozinha.

Levando em consideração o universo da cozinha, podemos inferir que é quase um mundo, com características fortes e que sempre representa a cultura do lugar sem precisar usar tão somente uma palavra. É compenetrante e envolta de diversas histórias, interconectada com o próximo tópico deste capítulo, onde é nesse espaço que ela se mostra como resultado final, isto é, a mesa posta.

Ademais, essa mesma configuração espacial que é a cozinha, antes mesmo de ser pensada como tal, é sempre vista como o espaço de preparo do alimento. De acordo com os apontamentos do referenciado médico e geógrafo Josué de Castro (1982), se nos atermos ao recorte que se inicia no processo de colonização, podemos apreender que é o gosto do colonizador o predilecionado.

No qual, mesmo a mandioca indígena sendo menos nutritiva que o trigo português, foi obrigatório o seu cultivo por se aproximar mais das utilizações do trigo. Além de revelar, segundo o autor, que os indígenas se negaram a plantar no formato mercantil, mas que continuavam fazendo o plantio de maneira obrigatória como colonos e escravizados.

Assim, já estão postos como formadores da cozinha brasileira, as culturas indígena e portuguesa. Porém, dando continuidade a cronologia proposta, ressalta a vivacidade presente na cozinha negra afrodescendente, de pessoas que nessa diáspora foram escravizadas, mas que não deixaram sua identidade agricultora para trás. Como exemplo temos a vivência no Quilombo dos Palmares, tomando este último grupo como mais um componente desta formação gastronômica.

Contudo, Castro (1982) reafirma que o já apontado gosto preferencial do colonizador é quem vai se sobressair por meio do latifúndio. No qual, a resistência dos indígenas e negros se reverteu na subjulgação por conta da pressão econômica. No tocante a especificidade do Recife, ainda agrega a essa formação a culinária holandesa, visto que no século XVII estes colonizaram a futura cidade.

Assim, indígenas, portugueses, negros africanos e holandeses compõem essa diversificada construção, ou melhor dizendo, seus gostos e costumes

culinários. Fazendo com que o balanceado dessa cozinha seja bastante potente, rico e diversificado. Logo, no século XIX, objeto de análise deste trabalho, é essa configuração de diversificadas culturas culinárias quem se encontra nas cozinhas recifenses.

No entanto, este trabalho não pretende se voltar às questões da alimentação social - mesmo que tenha sido preciso nos situarmos um pouco nessa questão -, nem analisar tão somente os nutrientes advindo dos peixes, das frutas e dos pratos característicos dos grupos supracitados. Mas sim, percebemos os objetos que são utilizados para cozer pelos menos favorecidos na cidade do Recife oitocentista, em específico os que se enquadram na categoria de cerâmica.

Primeiramente, é preciso nos atentarmos que o comer se associa não somente ao saciar a fome daquele que cozinha e que se senta à mesa. Contudo, vai estar envolto a diversas possibilidades reais da cultura - do que têm-se como influência para comer -, ao âmbito socioeconômico - a partir do que se pode obter -, como também às diversas formas de manter a produção da comida.

Além das possibilidades de sofrer as influências do clima, do solo, ou até mesmo pelos conceitos supracitados. Além da habilidade de caça, pesca, agricultura e conservação destes alimentos, que durante o percurso da história dar-se-á de formas diversas, a fim de atender a demanda do seu presente.

Ademais, ainda pode sofrer influência das crenças da região, tais quais se utilizam da comida como representante de ligação com o divino e com aqueles que em comunidade partilham da mesma, além de poderem delimitar o que pode ou não comer. Como vemos nas religiosidades brasileiras cristãs, a mesa posta para a Ceia larga se torna sacrossanta por meio da partilha do pão e do vinho, símbolos do Corpo e do Sangue de Cristo, e no período quaresmal há delimitações dos alimentos.

Já nas afro brasileiras, como o candomblé, se centraliza a cozinha de santo como o espaço onde a labassê (mulher mais habilidosa na cozinha) prepara não só os alimentos para os Orixás, como também para os indivíduos que participam do culto. A cozinha se torna um espaço tão sagrado e de grande aprendizado, que não é qualquer um que pode entrar e fazer as funções, como bem aponta Marcos Alvarenga (2018).

Com isto, podemos compreender que os objetos cerâmicos irão guiar-se por estas mesmas questões, pois não há como comer e/ou beber sem ter onde preparar

e servir. Logo, tais objetos também estarão envolvidos em uma cultura, crença e âmbito social diversificado. Serão uma complementação importante não só da cozinha e da mesa, como também das maneiras que a comunidade se reúne para utilizar de tais ferramentas, por exemplo: jantares, chás da tarde, cafés da manhã, etc.

No que diz respeito à cozinha como espaço físico residencial, esta era compreendida no século XIX a partir dos mesmos preceitos que a cidade. De acordo com Carlos Miranda (2012), todo o espaço que fosse paisagisticamente insalubre e possuísse uma infraestrutura problemática era lido como colonial. Justamente por que, por meio do Conselho de Higiene Pública, e depois da Comissão de Higiene Pública, os higienistas oitocentistas buscavam a modernização pelas vias do campo da saúde.

Os higienistas ainda abordaram a cidade ideal, isto é, a “cidade higiênica”, que passava pela perspectiva de um espaço que não houvessem moradias, em específico, às quais o ar não pudesse circular ou a luz solar não se fizesse presente. Segundo Miranda (2012), as críticas às cozinhas faziam referência ao tamanho, claridade, ventilação e à fumaça, que causavam tísica pulmonar.

Logo, a cozinha familiar ainda não conhecia o trato moderno que viria a ter e era visada como o espaço que causavam moléstias aos que precisavam nela passar o dia, como as pessoas escravizadas. Mas isso não retira sua potência como espaço do cotidiano que revela os desejos de quem habita a casa e a sapiência de quem prepara os alimentos e bebidas em seu âmbito.






Além do mais, também devemos nos voltar às questões que Montanari (2008) aponta, como por exemplo, a consideração de que a tecnologia do fogo é quem permite esse espaço ser gestado nas residências, logo o fogo é o coração da cozinha. Visto que permite a transformação dos alimentos, construindo com refinamento os pratos que podem ter diversificadas etapas para o seu preparo.









Como também, nos atentarmos que o cozinhar é uma prática empreendida tão somente por humanos, que modificam e selecionam o que deve ser misturado dentro da panela, para atender suas predileções gustativas. Como movimento, ainda pode ser entendido como “o gesto que transforma o produto da natureza em algo profundamente diferente” (Montanari, 2008, p. 31). Sem nos esquecermos dos alimentos que não precisam cozer, mas ainda assim são preparados nas cozinhas.







Ou seja, o manejo do alimento desde o seu plantio até o seu preparo, se torna um ciclo projetado pelos humanos para atender não só as demandas da sobrevivência, mas aos desejos culinários. Assim, de acordo com Montanari (2008), o uso do fogo na cozinha é uma conquista da civilização, e quando nos contrapomos ao uso e ao ambiente, estamos voltando-nos contra esta última. Visto que a cozinha está ligada diretamente à identidade humana.

Por isto, se faz necessário olharmos para os objetos partícipes deste recinto, podendo partir de um aspecto importante para compreensão de utilização dessas peças, a morfologia (tipo de borda, forma do corpo e da base, como já visto). Visto que atestam que a sociedade oitocentista produziu objetos com finalidades diversas para atender suas demandas individuais e grupais no contexto da casa.

Assim, podemos averiguar que as panelas possuem complementos dependendo de sua utilidade como tampas e alças, que auxiliam no cozimento de alimentos e transporte da panela, respectivamente. Estas, como os alguidares, estão geralmente vinculadas a preparação de alimentos no âmbito da cozinha. Ou ainda podem possuir bordas diversificadas, sejam elas reforçadas, diretas, com detalhes ou não, como podemos observar na tabela que se segue.

Tabela 01 - Panelas e seus complementos.		
		
<p>Vista da superfície externa que compõe uma tampa de panela em cerâmica comum (PL40-1692/01-06 e 08).</p>	<p>Vista da superfície interna que compõe uma tampa de panela em cerâmica comum (PL40-1692/01-06 e 08).</p>	<p>Vista completa da tampa de panela em cerâmica comum (PL40-1692/01-06 e 08).</p>
		

<p>Fragmentos de alça em cerâmica vidrada, vista da superfície externa (PL40-1692/57 e 58).</p>	<p>Fragmentos de alça em cerâmica vidrada, vista da superfície externa (PL40-1692/57 e 58).</p>
	
<p>Fragmentos de bordas reforçadas externamente em cerâmica vidrada e comum, vista da superfície interna (PL40-1655/02; 07 e 08; 11 e 13; 18; 20 e 21).</p>	<p>Fragmentos de bordas reforçadas externamente em cerâmica vidrada e comum, vista da superfície externa (PL40-1655/02; 07 e 08; 11 e 13; 18; 20 e 21).</p>
	
<p>Fragmentos de bordas diretas em cerâmica comum, vista da superfície interna (PL40-1655/01; 03 e 04; 06; 22).</p>	<p>Fragmentos de bordas diretas em cerâmica comum, vista da superfície interna (PL40-1655/01; 03 e 04; 06; 22).</p>
	
<p>Fragmentos de bordas com detalhes em cerâmica vidrada, vista da parte externa (PL40-1692/57 e 58).</p>	<p>Fragmentos de bordas com detalhes em cerâmica vidrada, vista da parte externa (PL40-1692/57 e 58).</p>
	
<p>Vista interna dos fragmentos de cerâmica vidrada para demonstrar a pluralidade de tais (PL40-1692/39-43; 45-49; 53-56).</p>	<p>Vista externa dos fragmentos de cerâmica vidrada para demonstrar a pluralidade de tais (PL40-1692/39-43; 45-49; 53-56).</p>

	
<p>Fragmentos de cerâmica vermelha fina, vista da parte externa (PL40-1692/31 e 32; 37 e 38).</p>	<p>Fragmentos de cerâmica vermelha fina, vista da parte interna (PL40-1692/31 e 32; 37 e 38).</p>
	
<p>Panela de cerâmica com restos de fuligem na superfície externa, vista lateral (PL46/80-1).</p>	<p>Panela de cerâmica com restos de fuligem na superfície externa, vista da escavação em laboratório (PL46/80-1).</p>
	
<p>Panela de cerâmica vermelha, não escavada e inteira. Vista da parte externa (PL46-1960/01).</p>	<p>Panela de Cerâmica, escava e inteira. Vista da parte externa (PL46/1847-01).</p>

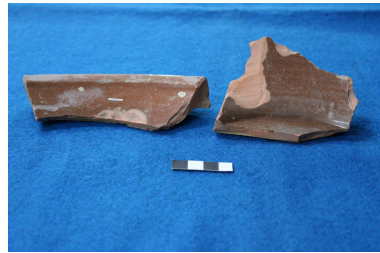


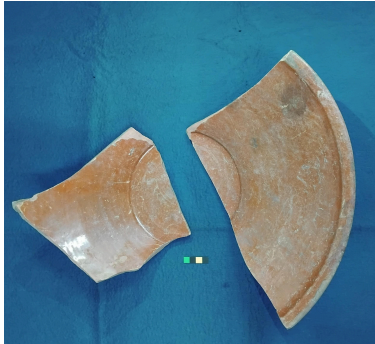
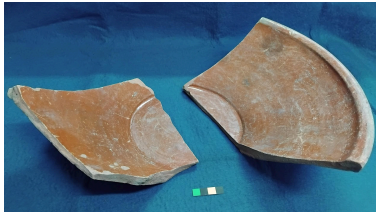
Estes objetos, especificamente as panelas quanto à forma mais completa, são mais expositivas quanto a sua utilização. Além de podermos percebê-las por suas medidas de profundidade, altura e diâmetro, também o podemos fazer por meio das suas características.

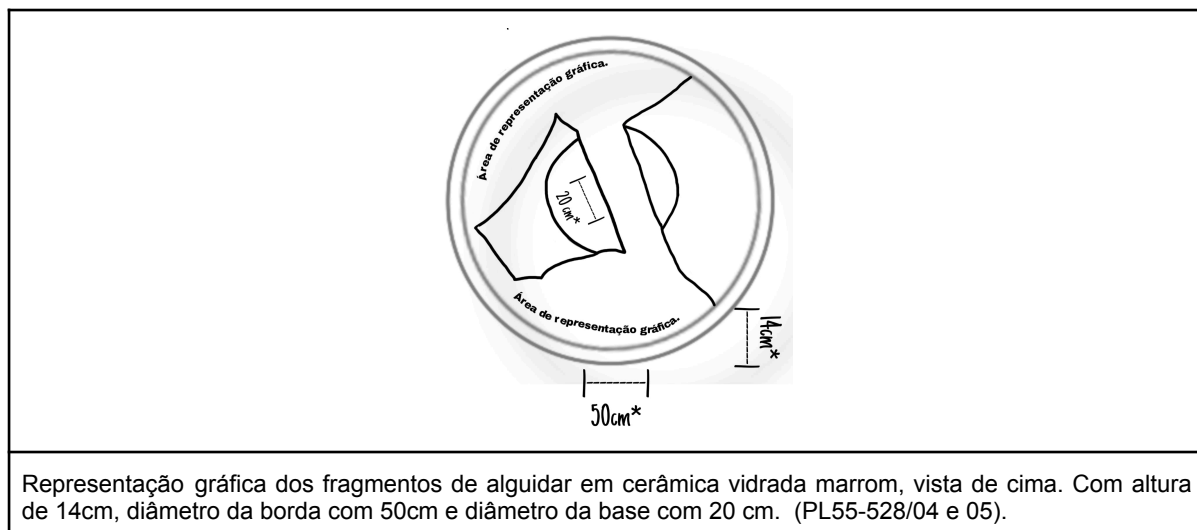
Levando em consideração a última peça da tabela acima, a vasilha cerâmica de sequência PL46-1847/01, a mesma possui marcas de fuligem na sua parte exterior e após a sua escavação ficaram areias impregnadas em ambas paredes, interna e externa.

No que concerne aos resíduos encontrados nos sedimentos da peça, observou-se a presença de carvão, que possivelmente possa ter entrado no

processo de depósito da peça no chão, visto que se encontrava na profundidade média da peça, entre 7-8cm e também na sua superfície. Como também há a presença de malacológicos - conchas -, possivelmente por se encontrar próximo ao mar, e ainda uma fauna bastante utilizada para alimentos e caldos na região, isto é, peixes.

Os alguidares, por sua vez, também podem servir para lavar alimentos. Visto que sua forma com a borda mais larga que a base - observar representação gráfica na tabela abaixo -, permite que as mãos de quem prepara possa adentrá-la. Já as tigelas pequenas, por exemplo, podiam servir para a comida ou para a ingestão de líquidos de modo individual.

Tabela 02 - Alguidar: lavar e assentar		
		
Fragmentos de alguidar em cerâmica vidrada marrom, vista da superfície interna (PL40-1655/18 e 19).	Fragmentos de alguidar em cerâmica vidrada marrom, vista da superfície externa (PL40-1655/18 e 19).	Fragmento de alguidar em cerâmica vidrada marrom, vista do perfil e base (PL40-1655/18 e 19).
		
Fragmentos de alguidar em cerâmica vidrada marrom, vista de cima (PL55-528/04 e 05).		Fragmentos de alguidar em cerâmica vidrada marrom, vista da lateral (PL55-528/04 e 05).



Ainda refletem também um outro contexto para além das cozinhas domésticas, visto que são utilizados também em cozinhas de terreiros de religiões de matriz africana. No qual Marcos Alvarenga (2017) ao salientar acerca dos utensílios de cozinha, nos assegura que cada orixá recebe sua comida votiva em vasilhas específicas, de igual maneira é também diferente o alimento que se serve.

E é no alguidar que se oferta para Ogum, Ossãe, Oxóssi e Omolu e onde também tem que ser feito o seu assentamento, isto é, a produção de um espaço de entrega e conexão com o orixá, no qual passa a ser representado materialmente por objetos sagrados referentes a cada um deles. Dessa forma, os alguidares possuem importâncias diversas para a centralidade cultural dos terreiros. Além desses, também estão presentes no acervo cerâmico do sítio do Pilar, restos de fogareiros.

2.4 Dos fragmentos cerâmicos de mesa posta.

No âmbito social, a mesa posta será alvo de diversas percepções, como bem aponta Fernanda C. Soares e Mariana Corção (2012). Sendo considerada no século submetido a análise, como o espaço de sociabilidade e demonstração de bons comportamentos perante a mesma, que dependendo da qualidade destes, mostrava o nível social do anfitrião e a modernização de seu cotidiano.

A importância de analisarmos tais peças possui diversos desmembramentos, principiando com uma contraposição ao que é exposto em museus e instituições voltadas para arte/educação, que em sua maioria são direcionadas ao resguardo da

memória de uma elite secular. No qual, por meio de poderes institucionalizados e transmitidos, pretende-se manter na contemporaneidade.

Marcada pelas louças finas com decorações orientais, peculiaridades francesas, ou qualquer outra questão estrangeira. Tudo compõe essa mesa expositiva, menos a argila, à qual é a base para a elaboração da cerâmica vermelha, que atendia a demanda da população menos favorecida.

Reverenciando assim um ideário elitista de memória e patrimônio. Principalmente pela repetição dos padrões, no qual imprime na sociedade memórias individuais que no decorrer do processo tornam-se coletivizadas, passando uma sensação de pertencimento geral e da simplificação do que é belo.

Em contrapartida, o processo de nunca ser visto nestes recortes, perpassa para o imaginário das minorias que começam a tentar inserir-se na conjuntura, o que demonstra que esse formato não abarca a pluralidade social. O que torna este trabalho uma tentativa de reconhecimento das diversas realidades existentes no Recife oitocentista, mas também despejado no contemporâneo.

E uma das razões que legitima essa percepção do supracitado ideário, que evidencia o incrustamento no cotidiano social por meio desse olhar, não permeia somente o campo das seleções das peças. Para além disso, seleciona o modelo que o Recife pretendeu seguir no século XIX, isto é, o modelo de inovação que advém das considerações modernas, que como se sabe, se espraia no âmbito social.

Assim, a mesa é o espaço em que se encontra em comunidade a família que habita a casa, reforçando a vivência do parentesco, ou ainda o espaço que em festa se partilha sabores e história com os convidados, ou até mesmo o silêncio, as regras e as exclusões.



Como também para manter relações sem as referidas predileções, mas por manutenção dos laços tão somente sociais. Para além do espaço familiar, é também nela que se reforça o convite para alimentar-se e conviver ao mesmo tempo com seus pares.

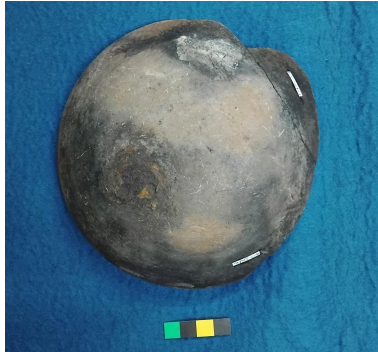

Estabelecendo a diferença apontada por Montanari (2008), isto é, não serve para comer e beber simplesmente, mas sim para que se faça juntos. Reverenciando o reforço comunitário de partilhar não só o alimento, mas também o momento, a cultura e por fim, a pertença ao grupo seja de parentesco ou de coleguismo. Sem nos esquecermos dos reforços sociais quanto a importância de quem senta, ou melhor, de onde se senta.

As diversas complexidades presentes à mesa são reverenciadas por costumes e culturas, determinantes tão somente das simbologias. Estamos nos referindo, por exemplo, à presença de comidas específicas em ocasiões de igual modo.

Além do mais, se a comida é modificada por meio dos desejos de quem a prepara e também se alimenta da mesma, como já visto, é na mesa que o ápice dessa prática se estabelece. Visto que os sabores e prazeres estão servidos para serem desfrutados. Assim, mantém uma expressa relação entre o preparar, servir e consumir, ou seja, a cozinha e a mesa tornam-se confluentes do alimentar-se.

Por isto, é de suma importância que o estudo desses âmbitos sejam alinhavados entre si. Logo, se faz necessário percebermos as peças que vão compor essa mesa doméstica oitocentista. No qual, no caso das tampas de quartinha e jarras grandes (foram identificados diversos fragmentos) estão relacionadas a contenedores de líquidos.

Tabela 03 - É preciso saciar a sede e matar a fome!	
 <p data-bbox="204 1357 1334 1384">Fragmentos de tampa de quartinha ou moringa em cerâmica comum, vista da superfície externa (PL40-1655/30-33).</p>	
	
<p data-bbox="204 1733 783 1787">Vista das duas partes de jarra em cerâmica vitrificada internamente de cor amarela (PL46/1841-1 e 2).</p>	<p data-bbox="809 1733 1390 1787">Vista da jarra completa em cerâmica vitrificada internamente de cor amarela (PL46/1841-1 e 2).</p>

	
<p>Prato/tigela de cerâmica com restos de fuligem na superfície externa, vista da parte externa (PL55-526/46-47).</p>	<p>Prato/tigela de cerâmica com restos de fuligem na superfície interna, vista da parte interna (PL55-526/46-47).</p>

Vale destacar que não foram encontrados pratos e tigelas em tamanha escala em relação às panelas, para que pudéssemos referenciar mais de um formato ou detalhes dos mesmos, como também trazermos com mais precisão a montagem desta mesa. Visto que a maioria dos pratos/tigelas que estão no NEPARQ se enquadram em outras categorias, como louça, porcelana e faiança.

Desse modo, observa-se que as funções indispensáveis para suprir as necessidades de preparar e servir os alimentos estão representados nos vestígios arqueológicos encontrados. Vale se atentar que somente quando os objetos são bem questionados e então compreendidos, é que revelam histórias que não necessariamente foram escritas.

CAPÍTULO 03: ARTE, não arte; PATRIMÔNIO, não patrimônio.

Partindo das compreensões referidas no primeiro capítulo deste trabalho acerca dos reflexos estrangeiros, da percepção da história do recorte espacial e dos referidos fragmentos que dialogam com a história social os quais pretendeu-se analisar no segundo capítulo, partiremos para tentar mediar as conexões que tais peças possuem intimamente com a arte e a cultura.

A Dra. em história Joana D'arc de Souza Lima (2022) endossa por meio das considerações de seu entrevistado, o artista plástico Maurício Silva de Albuquerque - que depôs acerca das galerias de arte do Recife -, que a arte como campo semântico divide-se em duas vertentes, a ARTE e a não arte. Tal afirmação está posta levando em consideração o processo histórico da cidade do Recife, isto é, acerca dos períodos coloniais em diante.

A primeira, escrita em letras maiúsculas e bem destacadas, a ARTE, é tida como representante da influência estrangeira e elitista, comandada e organizada pela própria elite, julgamos dizer com raras exceções que se desviem. Carregada de um viés colonial, tem preferência por tudo o que a represente, como um constante esforço de se manter no jogo da memória social da forma que se auto percebe.

Prestigiosa, única e original, são adjetivos que a mesma se intitula pertencente por meio de discursos de valorização que se colocam como imagens naturais, concebendo a si e aos seus os status de principal, sendo os seus recursos monetários grande influenciadores nessa construção. O que de maneira repetitiva acaba por se conservar no imaginário popular.

Ademais, de acordo com os apontamentos de Maurício Albuquerque, esta ARTE é legitimada por agentes, instituições e mercado, no qual atendem desde o processo colonial a supracitada elite, que na sua percepção é oriunda do latifúndio e do colonialismo, como já apontado neste capítulo. Resultando em movimentações sociais que para o grupo em questão acaba por tornar-se mais fluída.

Consistindo, dessa maneira, como a que está mais fortemente enraizada e bem estruturada socialmente. Engendradora, por fim, pelos privilégios dispostos para o grupo que a compõe. Sendo assim, estes mesmos privilégios, neste caso, se estendem aos seus produtos artísticos, e que como já apontamos, facilita como um todo a vivência social na cidade do Recife.

Já a segunda, é fruto da produção que se repele ao padrão social que como já percebemos é (re)construído - às vezes que forem necessárias - por quem detém o poder já em voga nos espaços sociais. Além disso, distancia-se em consonância com o padrão social também do racial da primeira, isto é, vai de encontro com a essência do que se idealiza como ARTE.

Ainda segundo Maurício Albuquerque, a não arte - tímida em sua escrita e quase desvanecida socialmente - acontecia na senzala, nos terreiros, nas ruas e praças públicas da cidade. O que já nos remete aos contextos culturais os quais a não arte está inserida, que carrega uma cor e uma classe que dentro de um contexto histórico - colonial à contemporaneidade - foram lidas nas mesmas circunstâncias que as suas construções.

Assim, nas palavras sintetizantes de Maurício Albuquerque em relação a ambas configurações da arte, afirma que “a comercialização da arte pernambucana sempre foi regida e ditada por classes dominantes. A ARTE sempre esteve mais perto da casa-grande que da senzala (Silva, 2019 apud Lima, 2022)”. Percebe-se dessa forma, que existe uma ruptura de qualificação daquilo que é e do que se considera não ser. Além de partir diretamente de ambos os berços, a casa-grande e a senzala, as artes estão circunscritas à cultura de tais espaços e assim configuram-se.

Como já assegurava o sociólogo francês Pierre Bourdieu acerca de como a cultura também se divide nas relações sociais:

“A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas” (1989, p.10).

É dessa forma que a cultura pode ser lida nesta discussão, por meio do olhar direcionado do sociólogo acerca dos símbolos de poder que ratificam os espaços pertencentes aos dominantes e falsamente escolhidos pelos dominados. Sendo ainda a explicitação mais coerente para que possamos compreender os porquês que levam a sociedade a reconhecer que certo *corpus* não é pertencente a uma dada categoria verdadeiramente.

De forma geral, percebe-se que tudo que passa a ser produzido socialmente pelos dominados é conceituado diretamente como o não proveitoso e sem

consideração de validade, beleza ou até mesmo como beneficente. O que nos permite discutirmos acerca de como as peças cerâmicas são observadas em relação opostora à porcelana, por exemplo. Principalmente por essa última já possuir no século em análise uma imagem de superioridade gestada por meio dos grupos que usufruíram da mesma.

Em contrapartida, é ensinado por gerações que a etiqueta em uma mesa ou quem deve estar na cozinha tem que ser dito por aqueles que possuem o real poder de controle da vida social e da vida privada. E são os mesmos que utilizam-se da porcelana como um dos instrumentos de demonstração de poder acessível. Logo, carregam toda a configuração oposta ao dos dominados, ou seja, o que produzem e eles mesmos são valorosos, belos e benéficos.

Dessa maneira, vai se configurando no senso comum e sendo reforçado pelas elites, uma memória social na qual os mesmos se encontrem como principal referência para os mais diversificados ramos. Vale destacar que a memória referida possui uma importância ímpar para a manutenção desse poder simbólico que acaba se vinculando diretamente aos poderes materiais e aquisitivos.

E se interconectarmos com o processo colonial, perceberemos que esta ferramenta não só legitima os poderes já postos, mas asseguram a manutenção dos grupos que não possuem tais poderes nos locais que se impõe para os mesmos, o de vulnerabilidades e subserviência. Numa tentativa incessante de suprimir o outro para configurar o processo em seu total favor.

De acordo com Michael Pollak a memória em primeiro momento “parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (Pollak, 1992, p.02). Porém, o próprio Pollak utilizando-se dos sublinhados do filósofo francês Maurice Halbwachs assegura que “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (Pollak, 1992, p. 02).

As supracitadas definições que Pollak escolheu para revelar seus apontamentos acerca da memória, nos demonstra muito sobre essa disputa constante da elite dominante, com a sua arte e cultura de igual categoria, de inserir-se espontânea ou obrigatoriamente na memória social. E que como aponta muito bem o próprio Pollak, é na socialização histórica e política que aderimos como um conjunto uma “memória quase herdada” (Pollak, 1992, p. 04).

É pensando nessa construção colonial, que atravessa as temporalidades desde então, como essa memória quase herdada dita pelo autor, que podemos analisar os processos de patrimonialização na cidade do Recife. Nos deixando questionamentos tal qual o quanto essa herança influenciou nas escolhas dos espaços a serem tombados e reverenciados como espaços da memória coletiva!?

Contudo, é necessário apontarmos que essa discussão só será possível se nos desprendermos do recorte temporal abordado neste trabalho, isto é, o século XIX, ou melhor, tomar tal discussão como uma continuidade. Principalmente porque este século, como já pudemos perceber, carregava em sua estrutura o olhar de quem precisava modificar os espaços, para que assim estes pudessem se tornar legitimados.

Sandra Pelegrini (2006), doutora em história social, compreende em suas colocações que é no início do século XX que a discussão voltada para a patrimonialização dos bens tomará espaço entre as autoridades diplomáticas e políticas. Ainda assegura que as propostas nas Cartas Patrimoniais são a base nacional para agir em favor da preservação.

Inicialmente, deu-se como preocupação às questões de conservação e restauro no congresso na Grécia em 1931, seguido da criação de Cartas, como por exemplo, a Carta de Atenas de 1933, e outros eventos organizados majoritariamente por arquitetos imbuídos de olhares patrimoniais para com as produções.

Contudo, estas discussões concentraram-se nos monumentos de bens imóveis, que foram selecionados os quais melhor representasse a excepcionalidade, como um documento ou testemunho histórico. (Pelegrini, 2006, p. 03).

Todavia, o foco da nossa discussão tende a concentrar-se mais nas contribuições das Carta de Veneza (1964) e da Declaração de Amsterdã (1975), no qual vão ampliar as concepções de monumento e patrimônio respectivamente. Assim, a de Amsterdã irá mais a fundo, visto que:

Explicitava que o Patrimônio Cultural de um povo compreendia as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. (...) E ainda destacava que a preservação e o apreço do

patrimônio cultural permitem (iam), portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural. (Pelegri, 2006, p. 5-6).

Amplia dessa forma, o olhar perante o que se considera arte e não o prende tão somente a um grupo em específico ou a quem possa dominá-la. Principalmente quando cita diversificadas formas de produção artística e ainda assegura que o que também surge da alma popular está igualmente na mesma categoria. Revelando assim que todo o indivíduo tem a possibilidade de produzir a arte e dela se apoderar como pertencente ao seu povo.

Como também, não deixa esquecido que o reconhecimento e a respectiva preservação do patrimônio cultural vai além de mantê-lo zelado. Principalmente em razão de também refletir na soberania e independência do povo, o que está intimamente ligado com as questões da própria identidade cultural da sociedade.

Logo, algo mais profundo como a identidade coletiva, está em questão quando se reprime as formas artísticas e culturais, ou melhor, quando não se vê nas mesmas a sua devida importância. Visto que as mesmas precisam ser compreendidas com a máxima relevância possível para não desaparecerem, mesmo que essa seja uma via possível de finalização.

Ademais, a autora inclina-se para os efeitos das referidas discussões no cenário brasileiro, apontando como as constituições de 1934 e 1937 irão lidar com as questões do patrimônio que passou a ser interesse do estado, revelando os olhares da época acerca da questão.

Por isso, aponta a consolidação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) principalmente pelas vias do Decreto-Lei no. 25/1937. No qual passará a responsabilizar-se pelos tombamentos brasileiros, que de forma primordial tem em suas mãos questões bastante importantes e que validará a memória a ser mantida.

Além disso, constrói a rede organizacional para a feitura do Decreto Lei supracitado e assegura que Mário de Andrade redigiu o anteprojeto que criou o SPHAN e Rodrigo de Melo editou o Decreto Lei. Ainda cita Kersten para apontar a participação de Lúcio Costa, e afirma que o mesmo “conduziu a definição de critérios que privilegiaram o colonial luso-brasileiro como sinônimo da identidade nacional” (Pelegri, 2006 apud Kersten, 2000).

O que podemos perceber a princípio é que as pessoas envolvidas no projeto já enxergavam como e quais espaços ou produtos artísticos deveriam ser salientados, e já o pensaram por meio da redação, da edição e da seleção dos critérios. Então, a identidade pode ser lida neste cenário através da mesma perspectiva da memória, como foi trazido anteriormente.

Existe, portanto, a identidade individual, mas também a que é construída coletivamente. Como pudemos depreender, esta última foi percebida pelo Lúcio Costa como a que necessariamente deveria refletir os produtos de origem portuguesa ou que nela se inspirasse, para que a nação pudesse ser perceber identitária coletivamente.

A autora ainda reforça que a própria legislação ao fincar-se na função social das propriedades tombadas, acabou conservando bem móveis e imóveis considerando-os memoráveis e deixando tantos outros bens culturais no esquecimento.

Tal observação contribui para o que nós estávamos discutindo nos parágrafos antecedentes, isto é, poucos grupos veem-se representados culturalmente neste panorama. Logo, é sentido pelo conjunto a necessidade de modificação de perspectivas para a manutenção da diversidade cultural e da memória.

Assim, percebemos que as artes produzidas pelos menos favorecidas dentro do seu contexto cultural no processo histórico da cidade é lida como NÃO ARTE, e inclui-se aqui também as peças cerâmicas oitocentistas analisadas neste trabalho. Ainda, como foi apontado, comparando os séculos, no século XIX destrói-se para reconstruir e no século XX, por sua vez, patrimonializa-se uma cidade mais elitizada.

3.1 A arte da cerâmica como patrimônio.

É necessário nos atermos que a cultura não se constrói ou se estrutura por meio da prática individual. Por outro lado, é necessário que ela receba manutenção a partir de pelo menos um grupo, para então se estabelecer no meio social. Logo, os fragmentos/objetos analisados neste trabalho podem ser entendidos como pertencentes à cultura social dos oitocentistas, partindo primeiramente da perspectiva da seguinte dupla, isto é, produção/uso.

Além disso, em segundo plano, os descartes destes objetos reitera também a grande escala de produção secular ceramista, que de maneira numerosa foram encontrados em todas as quadras do Sítio Arqueológico do Pilar. Assim, o que se confecciona para atender as necessidades e se mantém como resposta ao possível problema, imbuí-se do caráter cultural e mantém-se socialmente produtivo.

Especialmente porque, mesmo que os oitocentistas estivessem enquanto sociedade, criando novos espaços de sociabilidade como os restaurantes e cafés, a casa é o local de maior vivência, além de ser o espaço mais íntimo da cultura de grupos. Principalmente porque já estava estabelecido culturalmente para ser visto e sentido dessa forma em relação aos demais locais de sociabilidade.

Para além disso, como nos assegura o arqueólogo britânico Gordon Childe (1961), “Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras abonações de textos escritos” (Childe, 1961, p. 09). Logo, por si mesmo, devem ser encarados como testemunhas da cultura social do local estudado.

Sobretudo quando forem atestados os seus usos - como por exemplo os resquícios de fuligem em panelas -, demonstrando dessa maneira a notoriedade social adquirida pelos objetos, e o incrustamento das histórias nos mesmos.

Dessa forma, é necessário que os rastros deixados pelos grupos marginalizados sejam percebidos em sua completude como fontes históricas. Visto que se para Cláudio Carlan (2015) a visão crítica para com “a relação homem/objeto/espço, formam a memória e o patrimônio cultural”, vão ser os novos olhares direcionados para os mesmos no campo científico que vai modificar a relação estabelecida para com os objetos.

Está posta então a necessidade da educação patrimonial em relação às peças cerâmicas. Como um movimento de revisitar o passado na tentativa de revelar outras memórias sociais para com o objeto. Percebendo, assim, as suas importâncias perante aqueles que utilizaram dos mesmos, e não partindo daqueles que nem sequer sentiram a sua ausência.

Para que assim possamos perceber o fazer cerâmico como arte, e não tão somente como objetos relegados à uma memória fadada à insuficiência. Além do mais, vale ressaltar que ao nos referirmos a este patrimônio, estamos o observando da maneira que Maria Letícia Ferreira (2006) destacou:

“Abordado nessa condição de categoria de pensamento, o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si.” (Ferreira, 2006, p. 80).

Logo, estamos buscando com este trabalho uma tentativa de permanência deste patrimônio por meio do pensamento e da sua evidência como patrimônio por ser um dos primeiros modos de fazer do ser humano. Mas também da sua manutenção partindo da perspectiva de objetos que são encarados de forma desigual por grupos distintos.

Além do mais, embora saibamos que a arte, como Debora Ferreira (2014) a investiga, possui dois sentidos básicos, o mais restrito referente às obras de artes produzidas por artistas mais predominante aqueles das instituições artísticas; E o mais amplo, nas palavras da própria Dra. em filosofia “concebe a arte como o conjunto de atos criadores ou inovadores presentes em qualquer cultura humana” (Ferreira, 2014, p. 22).

E é neste último que a arte da cerâmica se enquadra. Não se faz necessário que a cerâmica seja produzida por artistas de instituições, mas aqui está a sua essência, também pode ser feita nesta instância. Contudo, a arte da sua produção pode ser étnica - cerâmicas das comunidades indígenas/quilombolas -, ou produzidas em massa para venda como é mais comum no contexto histórico - que também podem ser produzidas pelos descendentes das referidas comunidades -.

Nos voltando aos seus usos, como já foi destacado neste trabalho, estavam não somente reclusos ao uso na cozinha e na mesa posta, mas também às ruas e vendas. Contudo, tal uso era feito por aqueles que como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, estavam sendo excluídos da sociedade que se pretendia moderna e monocromática.

O que talvez justifique a necessidade das colocações necessárias neste trabalho e dos questionamentos pelos quais a produção dos menos favorecidos estão voltadas no quesito patrimonial, ou seja, mais ao esquecimento do que à manutenção. Ou quando de sua permanência no âmbito social, acabam por ser delegados à inferioridade.

Porém, podemos assim ir de encontro a essas sub-colocações que pretendem ainda delegar espaços às múltiplas memórias e construções históricas,

por meio da constituição de 1988 já referenciada neste trabalho, desta vez não nos utilizando tão somente dos parágrafos, mas sim do próprio artigo 216.

No qual nos assegura a necessidade de observar o “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Estabelecendo dessa forma, numerosas importâncias para com os diversificados patrimônios, e o mais importante, advindos de grupos diversos. Tornando dinâmica as possibilidades que o objeto patrimonializado pode ter, como também as suas funcionalidades.

Como exemplo podemos observar o processo da peça cerâmica, que foi produzida, utilizada, muitas vezes fragmentada ou até mesmo depositada, e por fim, escavada e reutilizada para exposições em museus, atividades patrimoniais ou trabalhos acadêmicos. Sendo assim, tendo vida útil em aspectos e em locais diversos.

Portanto, se faz preciso ressaltarmos a importância da modificação do natural - argila - pelos humanos para a concepção do objeto - ex.: panela cerâmica -. É simplesmente o estado da arte se materializando e os olhares que dirigimos a esta metamorfose que permite-nos passar a concebê-lo como patrimônio, seja ele cultural ou simbólico, ou ainda nas perspectivas do espaço-tempo, recifense oitocentista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é possível inferir que havia no oitocentos uma estrutura que estabeleceu papéis e locais sociais dado as condições do indivíduo. Assim, o estrangeirismo implementado carregara uma gama de informações identitárias, as quais inseriram os menos favorecidos, os objetos produzidos e usados por tais, em locais de subserviência.

Além disso, a criação de espaços com regras e serviços voltados para as classes mais abastadas, perspectivas higiênicas eurocêntricas, reorganização da urbe e tantos outros exemplos vistos neste trabalho, reforçam a pertença dos mais abastados à própria cidade. Necessidades atendidas por meio de socializações restritas à tais, configurando o Recife como uma extensão dos desejos europeus para as sociedades modernas.

Apesar de todas as significações presentes nos elementos naturais que foram manipulados, ou seja, a argila ao tornar-se cerâmica, estas não foram valorizadas ao ponto de receberem destaque por seus múltiplos usos. O que se explica por não estarem no *hall* das peças europeias, como a louça e a porcelana.

Ainda, a importância do porto para a cidade como espaço de trocas de cultura, saberes, e sobretudo de comércio, como visto, não impediu a marginalização vívida presente no território analisado, em nenhum dos seus contextos, isto é, “Fora de Portas”, “Favela do Rato”, ou ainda na “Comunidade do Pilar”.

Mesmo que seja uma comunidade que representou por meio do porto, mas também do istmo - tão próximo a sua circunferência - um local de chegada, saída e passagem de transeuntes. Além da sua extrema proximidade nos oitocentos com o bairro do Recife, tomado como uma espécie de portão da cidade.

Além do mais, é fulcral apontarmos que no passo em que entramos nas discussões da dualidade mais humana, isto é, o público e o privado, estamos construindo ligações entre espaços que de início não parecem ter ligação. Principalmente por suas construções ideológicas de que em determinado espaço pode fazer ou não certos movimentos, partindo dos modelos sociais e da intimidade, respectivamente.

Porém, essa dualidade revelou tramas muito mais complexas, como a vivência dupla de pessoas que estavam sendo escravizadas em casas e

encontravam nas ruas uma sensação de liberdade. Ou ainda a utilização de peças cerâmicas que vão à mesa, mas também estão percorrendo as ruas em tabuleiros de ganhadeiras. O que demonstra a naturalidade da arte e de como tudo o que os humanos produzem é legitimado por eles mesmos.

Tendo em vista o que foi discutido, é visível a necessidade de modificações dos olhares contemporâneos para com um passado distante o suficiente para não nos recordarmos, mas próximo o bastante para percebermos as suas consequências. Dito isto, entender as comunidades permeadas de apagamentos históricos por conta de seus diversificados recortes, é além de tudo, compreendê-las por meio de sua cultura - ceramista - e sem olhá-las de cima.

É uma tentativa de romper o imposto desde o recorte estudado, aos corpos, às produções e artes de grupos nada estáticos, mas sempre produtores de suas próprias histórias. O registro arqueológico pesquisado revela as facetas de vivências que por muito passaram despercebidas, pelo cotidiano que as naturalizaram e tentaram inseri-las em um não lugar de construção social histórica. Visto que a mesa posta e a cozinha, como apontado, eram espaços percebidos como elitizados e sujos, respectivamente.

Houve a possibilidade de seriar alguns fragmentos e até mesmo peças cerâmicas em tabelas neste trabalho, como também a reconstrução de uma peça mais “inteira”. O que serviu para uma melhor compreensão da abordagem metodológica para com as panelas, por exemplo.

Mas, em futuros trabalhos, pode ser uma possibilidade aumentar o recorte de material para uma perspectiva metodológica mais comparativa. Como por exemplo, a presença de outros materiais que vão à mesa próximos ao valor monetário das cerâmicas, ou ainda culturais.

Diante dos fatos elencados, é preciso reconhecermos que os debates proporcionados por este trabalho se valeu da perspectiva de que a arte também pode ser produzida nos âmbitos das senzalas, de maneira ampla e dada aos oleiros que não frequentaram instituições artísticas. Além desse contexto, utilizadas em comunidades como a analisada, evidenciando o trabalho da micro história.

Ademais, este trabalho buscou criar extensões entre o fazer científico da história e da arqueologia, além da possibilidade de perceber o papel patrimonial que se possibilitou às peças cerâmicas históricas no âmbito social e traçar novos olhares

para com estes fragmentos. Principalmente após averiguarmos a importância que possuem para a reconfiguração do oitocentos.

É preciso apontarmos que o processo laboratorial, proporcionou a seleção de fragmentos que demonstram como a argila se moldou para atender as necessidades de cozer e comer dos cidadãos. Além de demonstrar diversos aspectos como a pluralidade do uso das vidradas, com seus alguidares, alças e jarras.

Em suma, levando em consideração os fatores apresentados durante todo esse trabalho, podemos asseverar que uma cultura específica revela o poder simbólico do seu grupo. Assim, ao analisarmos peças cerâmicas utilitárias de cozinha e mesa posta no Recife oitocentista, vamos de encontro ao rechaço que se impõe a essa cultura e a negação de que seja uma “não arte”.

FONTES

Acervo arqueológico do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica - NEPARQ, utilização de seu acervo material e os dados em planilhas.

REFERÊNCIAS

SITES

BRASIL. Constituição Federal (1988). Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos.

BRASIL. Lei N° 3924, de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1961.

BRASILIANA ICONOGRAFIA. Praça da Boa Vista. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18523/praca-da-boa-vista>. Acesso em: 05 de abr. de 2024.

CERÂMICA. *In*: Dicionário Aurélio Online, 2023. Disponível em: <https://editorapositivoaurelio.page.link?apn=br.com.editorapositivo.aurelio&ibi=https%3A%2F%2Feditorapositivoaurelio.page.link&link=https%3A%2F%2Feditorapositivo.aurelio.page.link%2Fentry%2F31808>. Acesso em: 05 de ago. 2024.

CIDADE. *In*: Dicionário Online de Português, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cidade/#:~:text=Significado%20de%20Cidade,ind%C3%BAstrias%2C%20%C3%A1reas%20agr%C3%ADcolas%3B%20urbe>. Acesso em: 23 de abr. 2024.

GOOGLE Arts & Cultures. Modesto Brocos: para além das pinturas - parte 2. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/0021/EgUB59jYj0V8JQ>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

IPHAN. **História - Recife (PE)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1449/#:~:text=Elevada%20%C3%A0%20categoria%20de%20cidade,capital%20de%20Pernambuco%2C%20em%201827>. Acesso em: 22 de dez. 2023.

UFPE, Laboratório Liber. Documento Nordeste | Recife, o mangue que a cidade comeu. 2017. 31 min, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M1a7S7qdHrk>. Acesso em: 7 de abr. 2022.

WESTIN, Ricardo. **1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em: 23 de dez. 2023.

LIVROS E ARTIGOS

ALVARENGA, Marcos Junior Santos de. “Cozinha também é lugar de magia”: alimentação, aprendizado e a cozinha de um terreiro de Candomblé. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

_____. O Candomblé Começa na Cozinha: Alimentação, Aprendizado e Transformação. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 16. n.2, p. 275-292. 2018.

BARRETO, B. de S. **Historiografia e interfaces: Um diálogo entre história, antropologia e arqueologia**. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 247–279, 2014.

BLOCH, Marc. A observação histórica. In: _____. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, cap. 2.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989. Cap.1.

BRESCIANI, M. S. M. **Metrópolis: As faces do Monstro Urbano (as cidades do séc. XIX)**. Revista Bras. Hist., São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, 1985.

BUGALHÃO, J.; COELHO, I. P. Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica. In: CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B. (org.). I encontro de arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2017. p. 106-145.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Patrimônio Cultural e Arqueologia: importância histórica. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de. (org). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. p. 191-204.

CARVALHO, Gisele Melo de; SOUTO MAIOR, Armando de Albuquerque. **Interiores Residenciais Recifenses: A Cultura Francesa na Casa Burguesa do Recife no Século XIX**. 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdades: rotinas e rupturas da escravidão, Recife 1822-1850**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

CASTRO, Josué de. **A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana**. São Paulo: Gráfica Carioca, 1954. Cap. 1 e 2.

_____. **Geografia da fome.** O dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1982. cap. 2.

CHAVES, S. C.; FARIAS, F. G. P. O contexto das transformações nas cidades: o caso do Paço Alfândega, reforma do Pilar e Porto do Recife no século XXI. *Rev. Bra. Ens. Médio*: Ipojuca, v. 1, n.1, p. 61-74, 2018.

FERNANDES, I. M. Vasilhas: em barro se fazem, de barro se usam - o cotidiano visto através da olaria. In: SILVA, R. H.; FERNANDES, I. M.; SILVA, R. B. (orgs). *Olaria portuguesa: do fazer ao usar*. Lisboa: Assírio&Alvim, 2003. p. 61-170.

FERRARI, Angelita. **Sob o calor das casacas e dos vestidos bordados: a formação das elites brasileiras no século XIX.** 2023. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

FERREIRA, Debora Pazetto. Investigações acerca do conceito de arte. Dissertação (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2014.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. PATRIMÔNIO: DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História [en linea]*. 2006. p. 79-88.

FUNARI, P. P. Fontes Arqueológicas: Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 81-110.

HALLEY, Bruno Maia. Negras Geografias no Recife Oitocentista. *Caderno de Geografia, Minas Gerais*, v. 33, n. 72, p. 149-173. 2023.

LEGGERINI, M. R. C. *Materiais Cerâmicos*. Rio Grande do Sul: Universidade Católica. p.1-12. 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Joana D'Arc. A arte sempre esteve mais perto da Casa-Grande do que da Senzala: dinâmicas do meio artístico na cidade do Recife. In: TAULLA, L.; MONTEIRO, M. (Org.) **Galeria Metropolitana de Arte do Recife**. Recife: FacForm, 2022. p. 36-53.

LIMA, Tânia Andrade. *Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas*. [outubro de 1985] SPHAN/FNPM: Rio de Janeiro.

LIRA, Flaviana Barreto. O olhar sobre o lugar: o Istmo de Olinda e Recife na visão dos memorialistas. PEIXOTO, E. R.; PALAZZO, P. P.; DERNTL, M. F.; TREVISAN, R.

(orgs.). *Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo*. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Editora FAU-UnB, 2014.

LORETO, Marta Kummer. *Intervenções urbanas no Bairro do Recife: da cidade mercantil à cidade mercantilizada*. Monografia (Especialização em Política e Planejamento Urbano) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

MATTOS, HEBE. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravagista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial, 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, vol. III. p. 15-37.

MELO, Mário Lacerda de. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. 2 ed. Recife: Cepe, 2012. p. 30-54.

MENEZES, J. L. M. Arquitetura e urbanismo no Recife do Conde Maurício de Nassau. In: VERRI, G. M. W.; BRITTO, J. M. (Org.). *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Bagaço, 2003. p. 42-61.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. O Urbanismo Higienista e a Implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife. *Revista Gestão Pública: práticas e desafios*, Recife, v.3, n.5, p. 144-169, 2012.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. Cap. 01 e 02.

NASCIMENTO, A. LUNA, Suely. Procedimentos para a análise da cerâmica arqueológica. *Revista Clio - Série Arqueológica*, Recife, v.1, n.10, p. 07-19, 1994.

NERY, N. S; CASTILHO, C. J. M. Comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação". *Humanae*, v.1, n.2, p. 19-36, dez de 2008.

OLIVEIRA, L. L. **CIDADE: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 08-13.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5. n. 10. 1992. p. 200-212.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória*, v. 2, n.2, p.54-77, 2006.

SANTOS, Eliza Brito. **Restaurantes e cafés : os lugares de sociabilidades e gastronomia no Recife da segunda metade do século XIX**. 2019. 103 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado em História, 2019.

SANTOS, Milton. A urbanização pretérita. In: _____. **A Urbanização Brasileira**, 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. Cap. 2.

SCHWARCZ, L. K. M; LOTIERZO, T. H. P. **Raça, gênero e projeto branqueador: "a redenção de cam", de modesto brocos**. *Arteologie*, online, v. 5, p. 1-34 , 2013.

SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.12-20.

SILVA, M. H. **Na casa, na rua e no rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras**. *Mneme - Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 7, n. 15, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/290>. Acesso em: 26 out. 2023.

SILVA, W. B. "A locomotiva do Progresso": cotidiano e "melhoramentos materiais" no Recife Oitocentista (1830-1899). In: _____. **O Recife no Século XIX: outras histórias (1830-1890)**, 1. ed. Jundiaí: Paco, 2018. cap. 1.

SOARES, F. C. ; CORÇÃO, M. . Bom gosto à mesa: Cultura Material e Distinção Social no Brasil do século XIX. *Clio. Série Arqueológica (UFPE)* , v. 27, p. 1-29, 2012.

TRIGGER, BRUCE G. **A arqueologia e contexto social**. In: _____. *História do Pensamento Arqueológico*, 2. ed. São Paulo: ODYSSEUS, 2004. cap. 10.